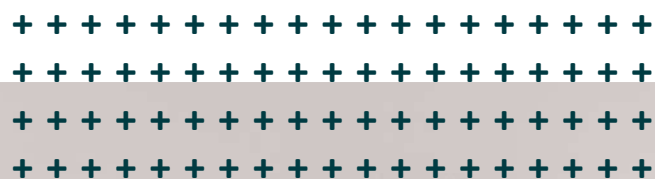


SICOOB CREDIJUSTRA

RELATÓRIO ANUAL 2024



“Olhando para o futuro, reconhecemos os desafios que virão. No entanto, acreditamos na construção que está sendo realizada, na participação ativa da comunidade Cooperativa, no sucesso e crescimento coletivo para os próximos períodos.”

*João Vasconcelos
Presidente do Conselho
de Administração*

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Credijustra consolidou seu compromisso com a transparência e o crescimento sustentável por meio de eventos institucionais de grande relevância, hoje somos 17.248 Cooperados em todo o Brasil e seguimos crescendo. Graças a colaboração de todos, em 2024, a nossa Cooperativa somou mais de 7 milhões de resultado, sendo que deste valor mais de 3 milhões foram destinados à correção do capital social, que constitui o patrimônio da Cooperativa, formado pela participação de cada associado, e que foram corrigidos no equivalente a 100% do valor da SELIC. Garantimos, dessa maneira, a preservação do patrimônio de todos os Cooperados.

Foi um ano desafiador e, ao mesmo tempo, transformador para o Sicoob Credijustra, dentre todos os trabalhos e atividades arduamente realizados destacamos as Assembleias Gerais Conjuntas Ordinária e Extraordinária, em abril, momento em que foram definidas diretrizes estratégicas para os próximos anos.

Durante as assembleias, importantes decisões foram tomadas, como a aprovação do Regulamento do Fundo para Reserva de Contingência, a reforma do Estatuto Social e eleição do Conselho Fiscal (biênio 2024-2026), reforçando o compromisso de fortalecimento da governança e a perenidade da nossa Cooperativa.

Em outubro, o Conselho de Administração elegeu a primeira Diretora advinda do quadro funcional. Essa importante decisão, refletiu positivamente entre os funcionários e na governança, direcionando as atenções aos assuntos relacionados ao seguimento contínuo do Plano de Sucessão. Outro momento significativo, foi a participação

no 7º Encontro de Conselheiros do Sicoob Nova Central (ECOS), realizado em dezembro, que reuniu às gestões das suas filiadas para trocas de experiências, avaliação dos desafios enfrentados e os resultados obtidos no ano, aliando esforços para as superações almejadas para 2025. Na oportunidade, a Cooperativa foi destaque no painel de Governança e Sustentabilidade, com o case de sucesso “A Criação da Cooperativa Mirim”, fomentando os princípios cooperativistas.

A Credijustra também esteve presente em reuniões institucionais com a Organização das Cooperativas do Distrito Federal (OCDF), tribunais e entidades sindicais, fortalecendo o relacionamento com autoridades, associações, sindicatos e parceiros. Essas interações contribuíram para compartilhar informações sobre o cenário atual da Cooperativa e garantir o alinhamento com seus públicos estratégicos.



**Direcionamento
estratégico: construindo
o futuro com solidez e
inovação**

Materializando a sinergia entre os três níveis do Sicoob – Confederação, Central e Cooperativas singulares, o planejamento estratégico nacional 2024-2026 foi realizado em diversas etapas, onde participamos das discussões e na sua construção garantindo alinhamento ao nosso maior propósito, que é conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade, além dos nossos objetivos como singular que é a segurança financeira dos Cooperados e a transparência das informações.

Diante dessa construção e naturalmente refletindo o modelo e as premissas nacionais,

construímos o Planejamento Estratégico do Sicoob Credijustra. Sua construção, não diferente do processo nacional, envolveu todo o corpo gerencial e Conselhos, o trabalho finalizado destacou-se pela profundidade das análises internas e externas à Cooperativa, pelo alinhamento com as diretrizes normativas nacionais construídas e pela qualidade das estratégias e projetos definidos.



Aprendizados e desafios: lições que impulsionam a evolução

Em direção ao futuro, demos mais um passo ao aprovar o “Planejamento Estratégico (2024-2026)”, que agora guia nossas ações sob os pilares de inovação, eficiência e cooperação sem desconsiderar os aprendizados adquiridos ao longo dos últimos anos, incluindo os desafios remanescentes da pandemia. Entre os principais pontos analisados para a sua composição, destacam-se:

Fortalecimento do Capital Social:

Desenvolvimento de ações para ampliar a base de Cooperados, promovendo maior solidez financeira.

Criação do Fundo para Reserva de Contingência: instituído na Assembleia Geral, esse fundo reforçou a segurança financeira da Cooperativa.

Aproximação dos órgãos de gestão: integração estratégica entre a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e os empregados.

Crescimento constante, seguro e sustentável: priorização de medidas para expandir de forma estruturada.

Qualidade Operacional: otimização e aprimoramento contínuo dos processos internos.

Melhoria no atendimento aos Cooperados: aperfeiçoamento do relacionamento e da experiência dos Cooperados.

O novo Planejamento Estratégico estabeleceu diretrizes fundamentais para o fortalecimento e a sustentabilidade da Cooperativa, assegurando um futuro mais sólido e estruturado para todos os Cooperados e parceiros. Essa jornada reflete o compromisso da Cooperativa com

a transparência, a inovação e o crescimento contínuo, reafirmando sua posição como referência no Cooperativismo de Crédito.



Transparência em ação: governança participativa e sustentabilidade financeira

A transparência é um dos pilares fundamentais do Sicoob Credijustra, sustentando a confiança e o engajamento dos Cooperados. Em 2024, reafirmamos nosso compromisso com a disponibilização de informações completas e precisas para Conselheiros e Delegados, promovendo um acompanhamento rigoroso das atividades e resultados da Cooperativa. Relatórios detalhados e materiais informativos foram divulgados regularmente, assegurando que todos os envolvidos pudessem participar ativamente das decisões estratégicas.



Fortalecimento da governança: estrutura participativa e decisões estratégicas

Realizamos importantes alterações estatutárias que impactaram diretamente a estrutura e a gestão do Conselho de Administração. A mudança mais significativa foi a ampliação do número de comitês internos, passando de um único comitê para quatro comitês especializados. Essa reformulação visou fortalecer a governança, definindo as medidas a serem adotadas para a melhoria dos processos e o aumento no nível de segurança das informações.

Atualmente, contamos com os seguintes comitês:

Comitê Orçamentário: responsável por analisar e validar previamente as propostas orçamentárias, e relatar pautas financeiras e orçamentárias, assegurando a perenidade dos recursos da Cooperativa.

Comitê de Risco e Sustentabilidade: dedicado em fortalecer as barreiras contra os riscos inerentes ao segmento e o crescimento sustentável da cultura ética na Cooperativa.

Comitê de Planejamento de Novos Negócios: focado na análise de oportunidades de crescimento e inovação, alinhando as estratégias de expansão.

Comitê Normativo: encarregado de revisar e atualizar os normativos internos, assegurando a conformidade com as diretrizes estatutárias, normativas e estratégicas.

Cada comitê, vinculado ao Conselho de Administração, tem a responsabilidade de realizar análises aprofundadas com recomendações e reportes junto colegiado, fortalecendo a governança e assegurando transparência nos processos decisórios.



Capacitação e comunicação: engajamento dos Delegados

Outro destaque em 2024 foi o investimento na capacitação dos Delegados, no início do seus ciclos de representatividade, todos os Delegados puderam participar de um treinamento específico realizado pelo Sr. Newton Brum, secretário do Conselho de Administração, onde foram tratados em detalhes a história do Cooperativismo, suas principais premissas, os principais normativos vinculados a atividade dos Delegados, o detalhamento de sua atuação e responsabilidades inerentes a essa posição. Implementamos um projeto de comunicação que resultou na criação de um Informativo, desenvolvido pela equipe de comunicação. Esse material mantém os Delegados atualizados sobre os principais acontecimentos da Cooperativa, promovendo transparência e acompanhamento de todos. Oferecemos, ainda, cursos de educação cooperativista e outros temas diversos a todos envolvidos na gestão e decisão da Cooperativa, o que proporciona um nivelamento de conhecimento e prepararam para a execução de suas responsabilidades com confiança, segurança necessárias



Sustentabilidade financeira: alterações estatutárias e gestão estratégica

Em um ano de desafios econômicos, o Sicoob Credijustra adotou estratégias para fortalecer sua solidez financeira e assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Uma das alterações estatutárias mais significativas foi a mudança nos critérios para retirada de excedente de capital social, que passou de R\$

3.000,00 para R\$ 7.000,00. Essa medida visa reforçar a base de capital da Cooperativa, alinhando-se às boas práticas de gestão financeira.

Objetivando atender as exigências previstas na Resolução CMN nº 4.966/2021, que passou a exigir provisionamentos extras para empréstimos consignados, foi criado o Fundo de Reserva de Contingência. Essa iniciativa assegura a adequação às exigências regulatórias e contribui para a solidez financeira da Cooperativa.

Do valor total das sobras, do exercício de 2023, foi acrescido R\$ 1.023.665 milhões ao Fundo de Reserva, com valores totais acumulados somando R\$ 38.559.112 milhões. Devido às exigências da Resolução CMN/BACEN 4966/2021, que passou a requerer provisionamentos extras para os empréstimos, as sobras líquidas, no valor de R\$ 1.091.909 milhões, foram excepcionalmente destinadas ao Fundo de Reserva de Contingência.



Celebrando nossa história e construindo o futuro

Em 2024, a Credijustra celebrou um marco significativo: mais de três décadas de história, conquistas e crescimento. A comemoração foi marcada pela participação ativa dos Cooperados, que por meio de uma ação promocional foram impactados nos nossos Postos de Atendimento e nos canais de comunicação Credijustra. Esse momento especial não apenas celebrou nosso legado, mas também reforçou o compromisso com a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Cooperativa, garantindo um futuro sólido e estruturado para todos.

Agradecemos profundamente a confiança e a credibilidade dos Cooperados. Essa jornada de sucesso é construída por muitas mãos.

Olhando para o futuro, reconhecemos os desafios que virão. No entanto, acreditamos na construção que está sendo realizada, na participação ativa da comunidade cooperativista, e no sucesso e crescimento coletivo para os próximos períodos.



“Nosso compromisso com a austeridade e a eficiência não é apenas uma estratégia de gestão – é a base sobre a qual construímos nosso futuro, garantindo sustentabilidade e crescimento para todos os nossos Cooperados.”

Francisco Leal
Diretor-Presidente

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Compromisso com a sustentabilidade e crescimento

Na Credijustra, entendemos que a solidez de uma cooperativa está diretamente ligada à gestão responsável dos recursos de seus Cooperados. Em 2024, reafirmamos nosso compromisso com a transparência, a responsabilidade e o equilíbrio na alocação de recursos, buscando sempre maximizar a rentabilidade para os investidores e oferecer condições justas aos tomadores de crédito.

A austeridade, frequentemente associada à contenção de gastos, foi aplicada como uma estratégia abrangente que envolveu a avaliação crítica de todas as operações. Nosso foco não foi apenas reduzir custos, mas também otimizar processos, eliminar atividades que não agregavam valor e direcionar investimentos para iniciativas que impulsionam o crescimento a longo prazo.

Esse enfoque estratégico foi traduzido em um planejamento que priorizou as necessidades mais urgentes da comunidade. Analisamos minuciosamente todos os setores, identificando oportunidades de eficiência sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Como resultado, alcançamos um desenvolvimento sustentável, mantendo o foco na excelência do atendimento.

A adoção de novas tecnologias e a capacitação contínua dos nossos empregados foram essenciais para aumentar a eficiência administrativa. Essas melhorias se refletiram diretamente na agilidade do atendimento

e na qualidade da comunicação com os Cooperados, fortalecendo nosso compromisso com a transparência e a satisfação dos associados.

Os esforços contínuos em busca de eficiência e excelência foram reconhecidos de forma expressiva:

Benchmarking em estrutura de capital: segundo a ferramenta “My Performance” desenvolvida pelo FGCoop, destacamo-nos no segmento de cooperativas como referência em estrutura de capital, evidenciando nossa gestão financeira sólida e responsável.

Certificação Great Place To Work (GPTW): recebemos o selo internacional que reconhece o Sicoob Credijustra como um excelente lugar para trabalhar, refletindo nosso compromisso com o capital humano e nossa dedicação à qualidade do ambiente de trabalho.

Mesmo diante de desafios econômicos e mudanças contábeis que demandaram provisões financeiras adicionais, mantivemos nosso compromisso com a eficiência. Esse foco não apenas permitiu atender melhor às demandas dos Cooperados, mas também criou um ambiente de trabalho motivador e produtivo para nossos empregados.

Olhando para o futuro, reafirmamos que a austeridade e a eficiência continuarão sendo pilares fundamentais da nossa gestão. Estamos determinados a seguir construindo uma cooperativa cada vez mais sólida e próspera, pautada pela responsabilidade financeira e pelo compromisso com o bem-estar da comunidade cooperativa.



Principais realizações da Diretoria em 2024

Em 2024, a diretoria do Sicoob Credijustra consolidou importantes conquistas que reforçam o compromisso com a eficiência, a intercooperação e o desenvolvimento social. A seguir, destacamos as principais realizações do ano:

Fortalecimento da intercooperação

Promovemos diversos encontros de intercooperação, proporcionando um intercâmbio valioso com técnicos de outras cooperativas. Essas trocas de experiências resultaram na melhoria dos processos internos de todas as cooperativas envolvidas, fortalecendo o aprendizado mútuo e beneficiando o sistema cooperativo como um todo.

Sucesso nas ações judiciais

Obtivemos resultados positivos na maioria das ações judiciais, tanto nas de polo ativo quanto nas de polo passivo. Isso garantiu a preservação do patrimônio da Cooperativa e a proteção da sua imagem institucional.

Compromisso com a cidadania

Destacamos a participação efetiva na criação da primeira Cooperativa Mirim do Centro-Oeste, a Cooperativa Alecrim Mirim, voltada para crianças de baixa renda em situação de risco social. Esse projeto inovador levou os conceitos do cooperativismo e do empreendedorismo a essas crianças, promovendo prosperidade e desenvolvimento social em comunidades vulneráveis.

Eficiência e economicidade

A Diretoria manteve o compromisso com a economicidade, executando as despesas abaixo do orçamento disponível. Todos os recursos foram utilizados de forma racional, garantindo a continuidade das operações com responsabilidade financeira.

Atualização normativa

Contribuímos ativamente para o aprimoramento da normatização sistêmica, sugerindo alterações no Estatuto Padrão Sistêmico. Essas mudanças proporcionaram um maior nível de segurança nos processos internos, fortalecendo a governança da Cooperativa.

Ampliação de novos convênios

Realizamos importantes avanços na formalização de convênios. Convênio com o SIAPE: ampliando significativamente o campo de atuação da Cooperativa junto ao sistema de pagamento dos servidores do Poder Executivo Federal.

Restabelecimento do convênio com o IGEPPS

Após três anos de suspensão, restabelecemos o convênio que beneficiou Cooperados aposentados do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará, permitindo-lhes o acesso ao crédito consignado. Esse resultado foi fruto de um esforço conjunto entre o setor jurídico interno e diversos empregados envolvidos na demanda.

Expansão no segmento de condomínios

Aumentamos significativamente nossa presença no atendimento a condomínios, ultrapassando 1.000 condomínios atendidos. Esse crescimento é reflexo da qualidade dos serviços prestados e das soluções tecnológicas oferecidas, consolidando o Sicoob Credijustra como referência no segmento.

Sustentabilidade e meio ambiente

Reforçamos nosso compromisso ambiental ao promover crédito para a instalação de placas fotovoltaicas em condomínios, empresas e residências. Essa iniciativa contribuiu significativamente para a redução de emissões de CO₂, apoiando a transição para uma matriz energética mais sustentável.

Remuneração do Capital dos Cooperados

Pelo segundo ano consecutivo, a Diretoria propôs ao Conselho de Administração, que aprovou, a remuneração do Capital Social em 100% da SELIC como retorno sobre o capital dos Cooperados. Essa decisão garantiu uma correção superior à do CDI (que geralmente

oscila 2% abaixo da SELIC), valorizando ainda mais o patrimônio dos associados.

Compromisso com a excelência e crescimento sustentável

Em 2024, o Sicoob Credijustra reafirmou seu compromisso com a gestão responsável, o crescimento sustentável e a prosperidade de seus Cooperados. A combinação de eficiência operacional, expansão de parcerias estratégicas e compromisso com a cidadania solidificou a Cooperativa como referência no sistema cooperativo.



Desafios da Resolução CMN-BACEN 4.966/2021

A Resolução Conjunta CMN-BACEN 4.966/2021, emitida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, trouxe mudanças significativas na contabilidade das cooperativas financeiras, impactando diretamente o Sicoob Credijustra. Essa resolução, com efetividade a partir de janeiro de 2025, alterou a forma de contabilização dos empréstimos consignados, apresentando desafios importantes para a nossa gestão financeira.

Alterações no plano de contas

Antes da vigência dessa resolução, os empréstimos consignados – aqueles descontados diretamente na folha de pagamento – eram classificados como empréstimos com garantia em repasse de folha de pagamento. No entanto, com a nova regulamentação, essa classificação mudou. A partir de 2025, os consignados serão considerados apenas como uma modalidade de recebimento e não poderão mais ser contabilizados como empréstimos garantidos. Essa alteração trouxe um impacto significativo nos provisionamentos (valores destinados a cobrir riscos). A não serem mais contabilizados como garantidos, os consignados passaram a ser classificados como operações de maior risco, exigindo um aumento expressivo nas provisões financeiras.

Adaptação e compromisso com a solidez financeira

Embora o Sicoob Credijustra atue com crédito consignado há três décadas e continue acreditando na segurança dessa modalidade, compreendemos a necessidade de cumprir integralmente as novas diretrizes do Banco Central.

Para nos adequarmos a essa exigência contábil e manter a solidez financeira da Cooperativa, propusemos a criação de um Fundo de Contingência, medida aprovada pelos nossos Delegados. Essa estratégia envolveu o contingenciamento da distribuição de resultados dos últimos exercícios, garantindo uma reserva financeira para atender às novas demandas regulatórias.



Remuneração competitiva e valorização dos Cooperados

Mesmo com o contingenciamento, o Sicoob Credijustra manteve seu compromisso com a valorização dos Cooperados. Durante o período, a remuneração do capital social foi superior ao CDI, alcançando o índice da SELIC, o que reforça nossa responsabilidade com a preservação do patrimônio dos associados.

Além disso, as isenções e vantagens competitivas oferecidas pela Cooperativa foram mantidas, garantindo benefícios diferenciados ao quadro social, mesmo em um cenário de maior exigência regulatória.



Superando os desafios com transparência e comprometimento

O Sicoob Credijustra reafirma seu compromisso com a transparência e a gestão responsável, adaptando-se às mudanças normativas com planejamento estratégico e visão de longo prazo. Continuaremos a atuar com prudência financeira, assegurando o crescimento sustentável e a solidez da Cooperativa.

DESTAQUES

APERFEIÇOAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

CREDIJUSTRA 33 ANOS: UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO E COOPERAÇÃO

Em agosto de 2024, o Sicoob Credijustra completou 33 anos de história, um marco que reforça nossa solidez, compromisso e parceria com nossos Cooperados. Para celebrar essa trajetória, realizamos uma série de ações especiais, tornando a data ainda mais memorável.

Nossos postos foram decorados para criar um ambiente acolhedor e festivo, enquanto Cooperados e empregados foram presenteados com doces festivos, simbolizando a gratidão por fazerem parte dessa grande família cooperativista. Além disso, promovemos uma campanha especial nas redes sociais, com sorteios e interações que fortaleceram ainda mais nossa conexão com a comunidade.

As ações de comunicação estiveram alinhadas às estratégias comerciais e ao relacionamento com os Cooperados, órgãos parceiros e demais públicos. Como resultado, alcançamos mais de 11 mil pessoas.

Nossas redes sociais também registraram um crescimento expressivo, saltando de 871 para 2.671 seguidores – um aumento de 206%.

Além do engajamento, a celebração impulsionou nossos resultados: ampliamos a captação de negócios em 41% (Índice de Aproveitamento de Produto) e conquistamos mais de 2 mil novos seguidores. Esses números refletem não apenas o sucesso da campanha, mas também a força e a relevância da Credijustra no cooperativismo de crédito.

Seguimos firmes em nossa missão de promover soluções financeiras, cooperativas e sustentáveis, sempre ao lado dos nossos Cooperados. Que venham muitos outros anos de conquistas!

“Estamos muito felizes em comemorar mais um ano de sucesso e crescimento. Esta celebração é uma forma de agradecer a todos os nossos Cooperados e empregados que fazem parte dessa trajetória.”

João Vasconcelos, Presidente do Conselho de Administração.



26%
da base de Cooperados
impactada diretamente



11mil
pessoas impactadas
com as comunicações



2mil
novos seguidores
em rede social



SICOOB CREDIJUSTRA É UM GREAT PLACE TO WORK!

Receber o selo Great Place To Work (GPTW) é mais do que um reconhecimento; é a confirmação de que estamos no caminho certo na construção de um ambiente de trabalho saudável, acolhedor e inspirador. Essa conquista tem um significado especial porque é baseada na opinião de quem faz a nossa Cooperativa acontecer todos os dias: nossos empregados.

Valorizamos as pessoas e acreditamos que um time motivado e engajado é essencial para seguirmos crescendo juntos. Por isso, seguimos investindo no bem-estar, no desenvolvimento e na valorização dos nossos talentos, para que o Sicoob Credijustra continue sendo um excelente lugar para se trabalhar e construir histórias. Essa conquista é de todos nós!

“A conquista do selo GPTW é um reflexo do nosso compromisso em criar um ambiente de trabalho onde todos se sintam valorizados e motivados. Continuaremos a investir em nossos empregados para garantir que o Sicoob Credijustra seja sempre um ótimo lugar para se trabalhar.” Rayane Xavier, Diretora Administrativa e Financeira.



AGORA VOCÊ PODE INVESTIR EM NOVOS APRENDIZADOS PELO APP SICOOB MOOB.



Baixe o aplicativo e venha fazer parte da nossa comunidade digital.



Escaneie e faça o download



No App Sicoob Moob, além de visitar sua cooperativa sem sair de casa, você também pode ampliar seus conhecimentos sobre educação financeira, cooperativismo e muito mais. Baixe o aplicativo, acesse **MENU** → **UNIVERSIDADE** e aperte o play para começar a aprender.

Descubra o Moob em www.sicoob.com.br/moob





ENGAJAMENTO E RECONHECIMENTO

CULTURA ORGANIZACIONAL

A Credijustra sempre valorizou a escuta ativa e o bem-estar de seus empregados. Anteriormente, realizávamos pesquisas internas conduzidas pelo setor de Recursos Humanos, com perguntas adaptadas à nossa realidade. No entanto, esses levantamentos não seguiam um modelo padronizado.

Em 2024, o Sistema Sicoob incorporou ao planejamento estratégico a participação das Cooperativas na pesquisa Great Place To Work (GPTW), ampliando a análise do ambiente organizacional e permitindo uma visão mais estruturada sobre a satisfação da equipe.

A adesão à primeira pesquisa realizada pelo GPTW foi significativa, atingindo 73% de participação. Esse alto índice reflete o engajamento dos empregados e a percepção positiva sobre a gestão e a cultura da Cooperativa. A conquista do selo Great Place To Work foi motivo de celebração, evidenciando o reconhecimento dos empregados em relação à transparência na comunicação, autonomia no trabalho e proximidade com a liderança – pontos fortes da nossa gestão.

Com um modelo de portas abertas, a Credijustra mantém um ambiente de diálogo constante, garantindo que todos os empregados tenham acesso direto aos gestores para compartilhar sugestões e contribuir para a melhoria contínua da Cooperativa.

O impacto estratégico da certificação GPTW

A conquista do selo Great Place To Work (GPTW) representa um importante avanço na gestão da

Credijustra, evidenciando nosso compromisso com a construção de um ambiente organizacional cada vez mais sólido e acolhedor.

Diferente das pesquisas anteriores, que eram mais simples e focadas apenas na satisfação geral com a instituição, a metodologia GPTW permite uma análise mais aprofundada, avaliando três dimensões essenciais:

Satisfação com a liderança imediata
Satisfação com a gestão da Cooperativa
Satisfação com a instituição como um todo

Essa visão estruturada possibilita uma avaliação mais precisa dos pontos fortes e das oportunidades de melhoria, orientando ações estratégicas para fortalecer ainda mais a cultura organizacional.

Como parte desse compromisso, a Credijustra já incorporou ao Planejamento Estratégico de 2024-2026 um plano de ação voltado para aprimorar a experiência do empregado, reforçando a importância do desenvolvimento contínuo e da valorização do time.

A experiência do empregado refletida no atendimento ao Cooperado

Na Credijustra, acreditamos que um ambiente de trabalho positivo e acolhedor reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado aos nossos Cooperados. Empregados valorizados e motivados têm mais engajamento e satisfação, o que resulta em um serviço mais eficiente, confiável e de excelência.

Com essa visão, a Cooperativa investe continuamente na melhoria do ambiente organizacional, garantindo que a equipe tenha as condições ideais para desempenhar seu trabalho da melhor forma possível. Dessa maneira,

fortalecemos o vínculo entre empregados e Cooperados, promovendo um atendimento humanizado e alinhado aos nossos valores cooperativistas.

Fortalecimento da cultura Cooperativista

A conquista do selo Great Place To Work (GPTW) também representa um avanço significativo no fortalecimento da cultura cooperativista, um dos pilares essenciais da Credijustra.

Muitas vezes, os próprios empregados não têm um conhecimento aprofundado sobre o cooperativismo. Por isso, enxergamos essa certificação como uma oportunidade para reforçar nossos valores internamente, promovendo um ambiente onde o cooperativismo seja compreendido e praticado no dia a dia.

Para isso, investimos em workshops, treinamentos e encontros interdisciplinares, incentivando a troca de conhecimento e o alinhamento entre as equipes. O objetivo é que cada empregado vivencie os princípios cooperativistas e esteja preparado para transmiti-los aos Cooperados com propriedade, entusiasmo e engajamento, fortalecendo ainda mais nossa identidade e propósito.

Diversidade e desenvolvimento do Capital Humano

A valorização das pessoas é um dos pilares estratégicos da Credijustra. Acreditamos que investir no desenvolvimento do capital humano fortalece a Cooperativa e aprimora a experiência dos nossos Cooperados.

Para isso, implementamos diversas iniciativas de capacitação e crescimento profissional, como cursos

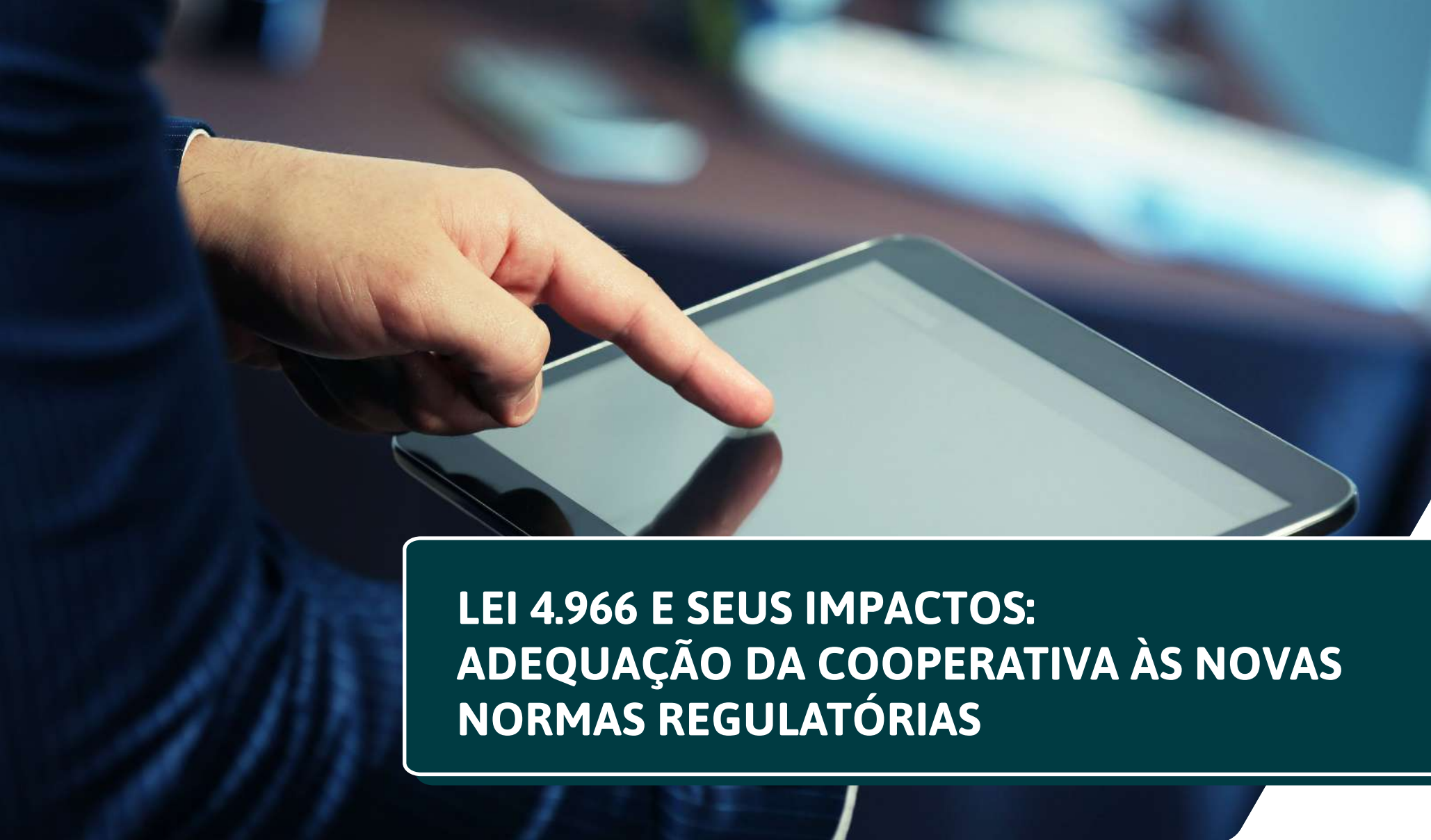
voltados para Delegados, treinamentos internos e a criação de um boletim informativo mensal, que facilita a comunicação entre empregados e líderes. Esses esforços contribuem para um ambiente de trabalho mais integrado e qualificado, refletindo diretamente na excelência do atendimento.

Além dos treinamentos, a Cooperativa incentiva o desenvolvimento acadêmico e profissional por meio de programas de gestão da performance e subsídios educacionais, cobrindo 50% dos custos de graduação e pós-graduação, além de reembolsar cursos de certificação. Em 2024, por exemplo, promovemos duas turmas do curso CPA-10, elevando o nível técnico da equipe e garantindo um atendimento ainda mais especializado e personalizado.

Uma trajetória de crescimento e inclusão

A valorização do capital humano na Credijustra também se reflete em trajetórias inspiradoras, como a de Rayane Xavier. Ela iniciou sua jornada na Cooperativa como assistente financeira, passou pela área contábil, assumiu a gerência financeira e, em 2024, se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de Diretora Executiva. Esse marco simboliza o compromisso da Cooperativa com o desenvolvimento interno e a promoção de talentos, abrindo caminhos para novas lideranças.

Nos últimos anos, a Credijustra tem fortalecido seu compromisso com a diversidade e inclusão, com um quadro de empregados majoritariamente feminino. Essa representatividade reforça nosso papel na promoção de lideranças diversificadas, incentivando cada vez mais mulheres a crescerem profissionalmente e conquistarem espaços de destaque dentro da Cooperativa.



LEI 4.966 E SEUS IMPACTOS: ADEQUAÇÃO DA COOPERATIVA ÀS NOVAS NORMAS REGULATÓRIAS

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a nova regulamentação estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, substituindo a Resolução CMN nº 2.682/1999, que tratava da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esta mudança marca um avanço significativo na gestão de riscos e na adequação de capital das instituições financeiras, exigindo uma abordagem mais precisa e preventiva para lidar com as perdas futuras.

A nova norma estabelece a necessidade de mensuração das provisões com base no conceito de “perda esperada”, utilizando uma metodologia específica a ser adotada por todas as instituições financeiras.

Impactos nos processos de crédito

A Resolução 4.966/2021 traz diversas implicações para os processos de crédito, principalmente nas áreas de renegociação e reestruturação de

dívidas. Ela diferencia claramente as alterações contratuais com cunho negocial daquelas motivadas pela recuperação de ativos com dificuldades de pagamento. Além disso, exige a reformulação dos modelos de mensuração de risco, com parâmetros que permitam prever a possibilidade de perda em momento futuro.

A norma também define o conceito de “ativo problemático”, identificando os cenários em que ocorre a piora do nível de risco da operação. Em relação à recuperação dos ativos, o Art. 40 § 4º estabelece que um ativo financeiro deixa de ser considerado problemático quando não há parcelas vencidas e o pagamento de principal e encargos ocorre de forma tempestiva, indicando a recuperação da capacidade financeira do tomador.

Para atender às exigências dessa nova regulamentação, a Cooperativa está adotando

medidas como a atualização cadastral dos Cooperados, diversificação das operações e inclusão de garantias. É fundamental que todos os Cooperados compreendam a importância dessas mudanças e colaborem durante este período de transição, para garantir a conformidade com a Resolução 4.966/2021 e assegurar a continuidade do compromisso da Cooperativa com a transparência, segurança e sustentabilidade financeira.

Recuperação de crédito e profissionalização dos processos

Antecipando-se à Resolução 4.966, a Cooperativa implementou ações voltadas para a recuperação de crédito, com foco na redução da inadimplência. Um dos principais mecanismos foi a criação da “Torre de Controle de Inadimplência”, que consiste em reuniões semanais com Gerentes

Regionais e dos Postos de Atendimento para analisar a situação de cada Cooperado de forma individualizada. A partir dessas análises, são traçadas estratégias de cobrança mais eficazes, com foco na educação financeira. Essa abordagem resultou em uma inadimplência reduzida para aproximadamente 2%, o que está significativamente abaixo da média do sistema, que gira em torno de 5%.

Além disso, a Cooperativa passou por um processo de profissionalização de seus processos de crédito, com a revisão de políticas de empréstimos, garantias e atualizações cadastrais. Campanhas intensivas de atualização cadastral têm sido realizadas, com a comunicação constante com os associados para garantir que seus dados estejam sempre atualizados. Isso contribui para uma análise de crédito mais assertiva e sustentável.



MODELO ORÇAMENTÁRIO E GESTÃO DE NEGÓCIO

Sicoob Credijustra é referência em modelo orçamentário

A Cooperativa desenvolveu e implementa um modelo orçamentário robusto, criado internamente e estruturado em nove visões estratégicas, que vão desde a análise de receitas e despesas até a avaliação do desempenho dos postos de atendimento. Este modelo integra na visão indicadores, os principais índices, como o acompanhamento de Basileia, Centralização Financeira e Inadimplência. Além disso, na visão de negócios estão inseridas as metas de vendas de produtos e serviços, ao mesmo tempo em que avaliamos de maneira abrangente a produtividade e os resultados alcançados pelos postos de atendimento.

Essa abordagem tem se mostrado uma referência para outras instituições do sistema regional. Em 2024, o modelo foi compartilhado com instituições como o

Sicoob Credfaz, Sicoob AgroRural e o Sicoob Nova Central, permitindo que essas organizações o implementassem em suas próprias cooperativas. Validando a eficácia desse modelo e destacando a importância de uma gestão clara de resultados e metas para alcançar o crescimento desejado.

O modelo orçamentário visa não apenas definir “onde queremos chegar”, mas também estabelecer metas claras para orientar o planejamento comercial e as campanhas de vendas, sendo fundamental para a definição de metas comerciais e projeções de resultados.

“O orçamento é considerado a “espinha dorsal” que orienta as ações e estratégias para o cumprimento das metas da Cooperativa.” Rayane Xavier, Diretora Administrativa e Financeira.



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS: COMPROMISSO COM A CONFIANÇA E A CONFORMIDADE

A segurança da informação é uma prioridade estratégica para a Credijustra, refletindo nosso compromisso com a proteção dos dados dos Cooperados e a credibilidade da Cooperativa. Em alinhamento com as exigências do setor financeiro e com o apoio do Sistema Sicoob e de auditorias externas, desenvolvemos um plano de ação estruturado para fortalecer a segurança digital e mitigar riscos cibernéticos.

Entre as principais iniciativas implementadas em 2024, destacam-se:

Infraestrutura reforçada: implantação de um servidor de redundância virtualizado, aumentando a segurança no armazenamento e gestão de informações.

Governança de tecnologia: desenvolvimento de um manual de tecnologia e divulgação da informação, atualmente em fase de implementação.

Capacitação contínua: realização de lives e treinamentos internos para conscientização dos empregados sobre boas práticas de segurança da informação.

Além dessas iniciativas, a conscientização e a educação digital são pilares fundamentais da nossa estratégia. Internamente, promovemos diálogos e lives semanais, abordando temas específicos para diferentes áreas, como TI e demais equipes. Também mantemos o programa “Quinta Segura”, uma comunicação semanal voltada à disseminação de boas práticas de segurança digital.

Para os Cooperados, investimos na divulgação constante de conteúdos educativos em nossas redes sociais, alertando sobre segurança no PIX, golpes via WhatsApp e chamadas telefônicas fraudulentas, garantindo que todos estejam informados e mais protegidos contra ameaças digitais.

Nosso compromisso com a segurança da informação vai além da conscientização. Em 2024, reforçamos nossa governança de dados com a implementação de um *Data Protection Officer* (DPO), garantindo conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Antes, já contávamos com um empregado certificado na área, mas neste ano consolidamos planos de ação e práticas de governança para fortalecer ainda mais a proteção de dados.

A Credijustra também recebeu auditorias e visitas técnicas, incluindo uma avaliação detalhada realizada pela central do Sicoob, que analisou todos os processos relacionados à LGPD. Com base nessa auditoria, estabelecemos e estamos executando um plano de ação para aprimorar ainda mais nossas práticas e garantir total conformidade regulatória.

Seguimos firmes no propósito de oferecer um ambiente digital seguro, confiável e alinhado às melhores práticas de governança e proteção de dados.

GESTÃO ESTRATÉGICA PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

No segundo semestre, demos continuidade a projetos estratégicos voltados à recuperação de crédito e à atualização cadastral dos nossos Cooperados. Desde 2023, temos investido na implementação de planos de ação e revisões cadastrais para garantir uma base de dados cada vez mais sólida e confiável. Com essa estruturação, projetamos para 2025 um cenário mais equilibrado, minimizando impactos e fortalecendo a sustentabilidade da Cooperativa.

Essas iniciativas fazem parte de um esforço integrado, que inclui a intensificação dos processos de cobrança, a profissionalização da concessão de crédito e o uso de dados estratégicos para embasar decisões mais assertivas. Aliando planejamento financeiro, inovação e inteligência de dados, seguimos comprometidos em construir um futuro cada vez mais seguro e sustentável para todos os nossos Cooperados.



COOPERATIVA MIRIM: FORMAÇÃO DE JOVENS COOPERATIVISTAS NO CENTRO-OESTE

Demos um passo importante para a disseminação do cooperativismo entre as novas gerações, com a criação da primeira Cooperativa Mirim do Centro-Oeste, um projeto pioneiro que tem a Credijustra como madrinha.

Essa iniciativa tem como objetivo proporcionar aos jovens uma experiência prática sobre os princípios e valores cooperativistas, além de desenvolver habilidades de liderança, organização e tomada de decisão em grupo. Durante o processo de constituição, os jovens Cooperados participaram ativamente da construção da identidade da Cooperativa Mirim, definindo sua marca, propósito e regras de funcionamento, vivenciando, desde o início, os fundamentos do cooperativismo.

O marco oficial da constituição ocorreu no dia 28 de outubro, com a realização da Assembleia de Constituição, consolidando um projeto que visa formar cidadãos mais engajados, preparados e alinhados com os valores da cooperação.

A Credijustra, junto às diretorias e ao corpo funcional, segue incentivando e apoiando essa jornada, reforçando o compromisso com a educação cooperativista e o desenvolvimento de futuras gerações de líderes.

“A criação da Cooperativa Mirim é um marco importante para o Sicoob Credijustra. Estamos preparando as novas gerações para os desafios da economia solidária e da cooperação.” Francisco Leal, Diretor-Presidente.



NEGÓCIOS



EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL E SEUS NICHOS DE ATUAÇÃO

A evolução do quadro social é resultado de uma estratégia de expansão da Cooperativa, composta por iniciativas voltadas para aquisição de diversos públicos. No entanto, essa estratégia tem sido fortemente impactada pelos esforços na implementação de novos convênios e parcerias com instituições do Poder Judiciário e do Poder Executivo, no tanto Estaduais quanto Federais, além de diversos outros parceiros. Isso permitiu a ampliação da presença da Cooperativa em diversos Estados, consolidando sua atuação nacional.

Essa expansão também ocorre por meio do atendimento digital, que possibilita alcançar locais onde a Cooperativa ainda não tem presença física, com comunicação via WhatsApp e outros canais, mantendo um contato próximo com o Cooperado.

A estratégia de crescimento prevê um aumento de 20% no quadro social, considerando não apenas a adesão de novos Cooperados, mas também a qualificação dessa base, garantindo um relacionamento mais próximo e produtivo.

A expansão continua sendo uma prioridade para a Cooperativa. Por meio de parcerias estratégicas e de uma evolução constante, conseguimos adquirir mais de 2000 novos Cooperados. Esse resultado foi alcançado graças à atuação comercial dos nossos agentes e ao esforço conjunto de comunicação e relacionamento com associações, sindicatos, condomínios e instituições sem fins lucrativos.

Além disso, o Posto de Atendimento Digital, com sua equipe dedicada, e as demais áreas da Cooperativa desempenharam um papel essencial na ampliação dessa rede de parceiros, contribuindo significativamente para o crescimento sustentável da Cooperativa. Conhecida pela sua solidez, a Cooperativa segue no seu caminho de credibilidade e penetração de mercado na livre admissão, mas sem deixar de considerar o nosso público inicial e os condomínios, que juntos representam 15% da nossa base.

Especialmente destacando a evolução realizada em GO, que no último ano trouxe 344 novos Cooperados, já operando uma carteira de crédito de mais de 7,5 milhões e uma aquisição de Produtos e Serviços muito positiva.

“Conforme as diretrizes do nosso Planejamento Estratégico, obtivemos êxito com expansão Nacional nas regiões da Justiça do Trabalho e Federal. Já estamos presentes em 24 Estados da Federação e, em mais de 15 regiões da Justiça do Trabalho, por meio de parcerias estratégicas, com associações e entidades relacionadas ao nosso público-alvo, e a oferta completa de produtos e serviços”, destaca o Diretor de Negócios, Alex Patrus.



17.248
TOTAL COOPERADOS
EM 2024

54
NOVOS
CONVÊNIOS



Evolução dos convênios de consignado e contratos de folha de pagamento

Os convênios estabelecidos com Órgãos do Poder Judiciário, Federais e Estaduais são essenciais para a expansão da Cooperativa. Nosso objetivo é fortalecer a presença nesses órgãos, ampliando as possibilidades de adesão de novos Cooperados e consolidando nossa atuação nessas esferas.

Com o crescimento desses convênios, a Cooperativa aumenta sua capilaridade e fortalece sua sustentabilidade financeira, permitindo um maior volume de negócios e um relacionamento mais estreito com os Cooperados.

“Estamos focados em expandir nosso quadro social e explorar novos nichos de atuação para fortalecer ainda mais a nossa Cooperativa.” Francisco Leal, Diretor-Presidente



O Sicoob Credijustra conquistou mais de **2 mil** Cooperados em 2024.



EXPERIÊNCIA DO CLIENTE E MODELO DE RELACIONAMENTO

A experiência do cliente é um dos pilares fundamentais para o crescimento sustentável da Cooperativa. Quando o Cooperado se relaciona mais com a Cooperativa, ele opera mais, indica mais e, consequentemente, impulsiona nosso crescimento.

Esse ciclo virtuoso de relacionamento é sustentado por três pilares principais:

Atendimento consultivo: nosso modelo de atendimento é baseado na compreensão das necessidades individuais do Cooperado, oferecendo soluções financeiras personalizadas.

Régua de comunicação: estabelecemos um fluxo de comunicação eficiente, garantindo que o Cooperado receba informações no momento certo e de forma adequada.

Melhoria contínua dos processos: estamos constantemente aprimorando nossos processos, desde a concessão de crédito até as ferramentas

digitais, para garantir uma experiência cada vez melhor ao Cooperado.

Em 2025 iremos implementar melhorias no atendimento ao cliente, incluindo ainda mais preparação do nosso corpo de negócios e das nossas ferramentas. Estamos comprometidos em oferecer uma experiência excepcional ao cliente.

“Estamos utilizando tecnologia e dados para entender melhor as necessidades dos nossos Cooperados com objetivo de superar as suas expectativas e assegurar uma experiência excepcional.”

Alex Patrus, Diretor de Negócios

Canais de atendimento Credijustra: uma experiência pessoal e personalizada para o Cooperado.

Na Credijustra, buscamos oferecer aos nossos Cooperados uma experiência única, conectada com o jeito Credijustra de ser. Para isso, contamos com diversos canais de comunicação, como e-mail, site, WhatsApp, telefones oficiais do Sicoob e redes sociais. Cada um desses canais está sendo cuidadosamente aprimorado para garantir que o atendimento seja sempre personalizado, eficiente e alinhado com os valores da nossa Cooperativa.

Em 2024, tivemos um impacto significativo em nossa base de Cooperados, com mais de 26% de abertura das nossas comunicações. Enviamos 116 e-mails que geraram uma excelente taxa de abertura, com cerca de 8,5 mil Cooperados interagindo regularmente com nossas comunicações.

Nas redes sociais, mantivemos um crescimento constante, oferecemos conteúdo relevante sobre o cooperativismo, as especificidades da Credijustra e os diferenciais de nossos produtos e serviços. Ao todo, realizamos mais de 243 postagens,

aproximando cada vez mais nossos Cooperados da nossa missão e benefícios exclusivos.

Através de canais como SMS e WhatsApp, proporcionamos um atendimento humanizado e personalizado, impactando nossos Cooperados com mensagens seguras e de baixo volume, para evitar a sobrecarga de informações. Já foram disparadas mais de 105 mensagens diferentes, permitindo que a comunicação seja adaptada às necessidades individuais. No total, mais de 81 mil atendimentos digitais foram realizados ao longo do ano, evidenciando o sucesso dessa abordagem direta e eficiente.

A Credijustra continua evoluindo em seus canais de atendimento para garantir que cada interação seja mais do que uma simples comunicação, mas uma verdadeira conexão com os valores da nossa Cooperativa e as necessidades dos nossos Cooperados.

A COMUNICAÇÃO EFETIVA COM OS COOPERADOS E O RELACIONAMENTO FOI EFETIVA E ATINGIU OS OBJETIVOS:





INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS

A Cooperativa tem investido fortemente na inovação e na inteligência de dados, fatores essenciais para aprimorar a gestão e a tomada de decisões. Uma unidade específica dedicada ao tratamento de dados gera *dashboards* e relatórios que permitem conhecer melhor o Cooperado, não apenas pelos números, mas também pelo seu papel e potencial dentro da instituição. Essa abordagem facilita a comunicação direcionada e a oferta de produtos e serviços adequados ao perfil de cada associado.

Base para tomada de decisões e percepção do Cooperado

Estamos aprimorando o uso de dados e inteligência artificial para conhecer melhor as necessidades dos Cooperados e acompanhar a produção individualizada. A integração da inteligência de dados às nossas atividades têm permitido uma análise aprofundada do desempenho da Cooperativa. Relatórios e *dashboards* são utilizados para monitorar indicadores de desempenho, facilitando a identificação de oportunidades e desafios em tempo real. Essa gestão baseada em dados torna o processo decisório mais assertivo, permitindo ações de melhoria contínua tanto na área de crédito quanto na experiência do cliente.

Essa abordagem inovadora também possibilita uma comunicação mais eficaz com os Cooperados, permitindo que a Cooperativa conheça melhor as necessidades e o comportamento dos associados.

Complementar a isso, realizamos em 2024 uma pesquisa de NPS - Net Promoter Score* foi realizada em 4 ciclos obtendo neles todos uma média final de cálculo de 64,5 o que, conforme a metodologia, nos enquadra na zona de qualidade. O que significa que temos clientes que nos recomendam em uma quantidade boa, mas ainda existem muitas oportunidades para melhorar a experiência do cliente e aumentar a fidelidade as quais foram descritas nas pesquisas e estão sendo melhoradas e acompanhadas em diversas frentes, sendo algumas delas de maior porte os quais serão desenvolvidas no Planejamento Estratégico vigentes 2024-2026.

(*) NPS (Net Promoter Score) é uma métrica utilizada para medir a satisfação e lealdade dos clientes em relação a uma empresa. Ele foi desenvolvido por Fred Reichheld e introduzido em 2003 no artigo "The One Number You Need to Grow" publicado na Harvard Business Review e é hoje utilizado de forma abrangente pelo mercado.



Seguro Vida Mulher
do Sicoob,
**PRA TUDO
FICAR BEM.**

**Ser forte é se cuidar e proteger
quem você mais ama.**

O futuro, ninguém pode prever. Mas uma coisa é certa: com o Seguro Vida Mulher do Sicoob, você sabe que pode dormir tranquila.

Procure sua cooperativa e saiba mais. sicoob.com.br

Sicoob. Mais que uma escolha financeira.

Central de Relacionamento Sicoob Seguros - Atendimento 24 horas
Capitais e regiões metropolitanas: 3003 5262 - Demais localidades: 0800 725 8285
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de segunda a sexta, das 8h às 20h - ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de segunda a sexta, das 8h às 20h





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2024-2026

Dessa forma, a oferta de produtos e serviços é cada vez mais personalizada, contribuindo para um atendimento que agrega valor e gera fidelização.

Integração da inteligência de dados no Planejamento Estratégico: outro aspecto relevante é a utilização da inteligência de dados como ferramenta para embasar as decisões estratégicas. A Cooperativa possui uma área específica que trata e organiza os dados dos Cooperados, permitindo a criação de relatórios e *dashboards* que subsidiam tanto a gestão orçamentária quanto a definição de metas. Essa abordagem permite identificar as necessidades dos Cooperados e oferecer uma comunicação direcionada e assertiva, além de facilitar o gerenciamento de riscos e a avaliação.

O uso desses dados também contribui para que os empregados, especialmente aqueles que atuam no atendimento, possam realizar análises precisas e oferecer soluções personalizadas, aproximando ainda mais a experiência do Cooperado e promovendo a excelência na prestação de serviços.

O Planejamento Estratégico da Credijustra, busca a continuidade de alguns objetivos de sempre da Cooperativa como segurança, crescimento seguro e sustentável, no entanto para esse novo ciclo, apresentando projetos e ações específicas como mapeamento de processos, fortalecimento e sistematização da comunicação interna com os Conselhos e Delegados, análises de rentabilidade, estratégias e melhorias que impactarão fortemente o atendimento e satisfação do Cooperado. A construção desse planejamento ocorreu entre maio e outubro de 2024, com a definição de processos, projetos e indicadores que serão acompanhados nas iniciativas abaixo por todo o corpo de gestão da Cooperativa.

PROJETOS DE DESTAQUE



Expansão da base de Cooperados

Estratégias para aumentar a adesão de novos Cooperados, promovendo crescimento sustentável.



Melhoria na gestão e procedimentos internos

Modernização de ferramentas e processos operacionais para aumentar a eficiência.



Inovação na tecnologia da informação

Investimentos em TI para assegurar segurança digital e eficácia operacional.



Capacitação de empregados e investidores

Desenvolvimento de treinamentos voltados ao fortalecimento de competências e conhecimentos.



Aprimoramento da experiência do Cooperado

Revisão de processos e serviços para elevar a satisfação e o engajamento dos Cooperados.



Revisão de cadastro e produtos financeiros

Avaliação de receitas e despesas para otimizar a rentabilidade da Cooperativa.



CONFORMIDADE E ATINGIMENTO DE ÍNDICE

Para assegurar a segurança e a eficácia de suas operações, o Sicoob Credijustra adota rigorosos processos de controle interno, destacando-se o Controle Sicoob de Autoavaliação (CSA). O CSA classifica os níveis de conformidade das cooperativas em três categorias: satisfatório, alerta e insatisfatório, em ordem decrescente. A Cooperativa alcançou um índice de conformidade de 99%, o que posicionou todos os seus Pontos de Atendimento dentro da categoria “satisfatório”. Esse resultado reflete o compromisso da Cooperativa em manter altos padrões de conformidade e operação segura.

O escopo do controle interno é essencialmente garantir, assessorar, alertar e atuar como um instrumento consultivo, com o objetivo de manter a Cooperativa funcionando de forma segura e sem exposição a riscos desnecessários. Esses esforços buscam proteger tanto os sócios quanto a própria instituição, conforme detalhado pelo Diretor-Presidente, Francisco Leal.

DESEMPENHO E GESTÃO DE RISCO

Desde a implantação do rating em 2018, uma ferramenta que mensura o desempenho das cooperativas com base no Risco de Descontinuidade, a Sicoob Credijustra tem obtido resultados consistentes e positivos. A Cooperativa mantém o nível de risco classificado como “Muito Baixo”, o que indica uma baixa expectativa de inadimplência a longo prazo. A Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, do Sicoob Confederação, é responsável pela classificação das cooperativas, utilizando atributos de risco que variam de Muito Alto a Muito Baixo.

Em termos de análise econômica, a Cooperativa também se destacou ao obter classificação “Muito Baixa” no Rating SICOOB CSS, especificamente no índice de Análise Econômica Financeira (AEF). A Cooperativa obteve uma pontuação de 1,63 no indicador emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), o que a coloca dentro da faixa de Risco Baixo a Médio, de acordo com as métricas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Esses índices de conformidade e risco não apenas atestam a credibilidade da Sicoob Credijustra na gestão de ativos, mas também reafirmam o compromisso diário da instituição com a melhoria contínua dos seus processos. A Cooperativa tem se dedicado a qualificar sua equipe de profissionais, especialmente aqueles que atuam diretamente nas áreas de crédito e controle da inadimplência. Todos os esforços são orientados para o alcance dos objetivos do planejamento estratégico, visando a eficiência operacional, a confiança nos registros contábeis e financeiros, e a conformidade com as normas legais e regulatórias aplicáveis.

O trabalho é pautado em uma constante busca pela excelência, o que se reflete nos resultados obtidos. O cuidado com os processos internos e a melhoria contínua são essenciais para o sucesso e sustentabilidade da Cooperativa, destacando a importância da colaboração e do comprometimento de todos na realização desses objetivos.

Com esse modelo de controle interno robusto e eficaz, a Sicoob Credijustra reafirma seu compromisso com a segurança, a transparência e a solidez, elementos essenciais para a confiança de seus Cooperados e a continuidade de seu crescimento sustentável no mercado financeiro.

O CSA revelou
também que
todos os postos
de atendimento
possuem **99%**
de conformidade

**DIANTE DESTA CLASSIFICAÇÃO,
O SICOOB CREDIJUSTRA ATINGIU
O NÍVEL SATISFATÓRIO**

SUSTENTABILIDADE



CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Em 2024, o Sicoob Credijustra reafirmou seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, fortalecendo iniciativas que impactam positivamente a vida das pessoas e promovem o desenvolvimento sustentável. Acreditamos que o cooperativismo é um agente de transformação social, capaz de gerar oportunidades, incentivar o empreendedorismo e construir uma sociedade mais justa e colaborativa.

Com esse propósito, nossas ações impactaram **7.784 pessoas**, promovendo a educação cooperativista e empreendedora desde a infância. Por meio de palestras, oficinas e a criação de Cooperativa Mirim, despertamos nos jovens o interesse pelo cooperativismo, preparando-os para atuar com responsabilidade e inovação. A Roleta do Cooperativismo, por exemplo, tornou-se uma ferramenta lúdica e interativa para ensinar valores como solidariedade, governança e colaboração. Além disso, investimos na capacitação de jovens líderes, oferecendo formações voltadas à governança e ao marketing no contexto cooperativista.

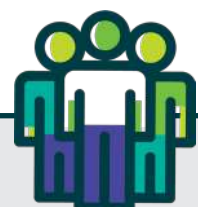
O fortalecimento do protagonismo feminino também foi destaque ao longo do ano. Com

iniciativas voltadas à inclusão e participação ativa das mulheres no cooperativismo, incentivamos a igualdade e ampliamos as oportunidades de engajamento feminino.

No âmbito social, o Dia C (Dia de Cooperar) mobilizou nossos Cooperados e comunidades em torno de ações solidárias, reforçando o impacto positivo da cooperação. O Concurso Cultural trouxe inovação e engajamento, consolidando o cooperativismo como uma ferramenta essencial para a construção de um futuro sustentável.

Além disso, avançamos em ações de Cidadania Financeira, promovendo conhecimento e conscientização sobre gestão financeira responsável, reforçando a importância do planejamento para a construção de uma vida financeira equilibrada.

O Sicoob Credijustra segue firme em sua missão de transformar vidas por meio do cooperativismo, promovendo educação, empreendedorismo e inclusão. Em cada iniciativa, reafirmamos nosso compromisso com um modelo econômico mais humano e sustentável, construindo juntos um futuro de mais oportunidades e prosperidade para todos.



AÇÕES EXTRA
PORTIFÓLIO

587

pessoas impactadas



EDUCAÇÃO
COOPERATIVISTA

1.545

pessoas impactadas



EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

5.652

pessoas impactadas



COOPERATIVISMO E EMPREENDEDORISMO

1.545
PESSOAS IMPACTADAS

Promoção de palestras e oficinas educativas para crianças e jovens, destacando princípios do cooperativismo e governança.

Formação de cooperativas mirins e atividades práticas de empreendedorismo juvenil.

Desenvolvimento da Roleta do Cooperativismo, uma dinâmica interativa para ensinar os valores e benefícios do modelo cooperativo.

Capacitação em governança e marketing voltada a jovens líderes dentro do contexto cooperativista.

Parcerias com escolas e comunidades para ampliar a conscientização sobre o cooperativismo.

Engajamento e participação feminina

Em 2024, o Sicoob Credijustra reforçou seu compromisso com a inclusão e o protagonismo feminino no cooperativismo. As ações desenvolvidas ao longo do ano estimularam uma participação mais ativa das mulheres na cooperativa, ampliando seu conhecimento sobre os princípios cooperativistas e fortalecendo seu papel na sociedade.

O incentivo ao engajamento feminino não apenas fortalece as iniciativas sociais e econômicas da cooperativa, mas também gera um impacto positivo nas famílias e comunidades, promovendo um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Por meio de espaços de aprendizado e troca de experiências, buscamos oferecer oportunidades para o crescimento pessoal e profissional das mulheres.





Conexão Sicoob

Em 2024, o Projeto Conexão Sicoob seguiu fortalecendo sua missão de disseminar o cooperativismo e o empreendedorismo entre jovens de 15 a 29 anos. A iniciativa busca inspirar e capacitar essa nova geração, desenvolvendo competências e habilidades essenciais para a liderança e a promoção de mudanças positivas em suas comunidades.

Por meio de ações educativas e interativas, o projeto fomenta a cultura cooperativista, incentivando o protagonismo juvenil e a construção de um futuro mais colaborativo e sustentável.

Participação no 8º BW da Unifamaz

No dia 18 de maio de 2024, o Sicoob Credijustra marcou presença no 8º BW da Unifamaz, reforçando seu compromisso com a disseminação do cooperativismo e seu impacto no desenvolvimento social, econômico e sustentável.

Durante o evento, o voluntário Afonso Mendonça ministrou uma palestra sobre o papel do cooperativismo na transformação da sociedade, abordando temas alinhados às diretrizes da COP-30. A apresentação destacou, entre outros pontos, os incentivos ao empreendedorismo na Amazônia, evidenciando como o modelo cooperativista pode contribuir para o crescimento sustentável da região.



Roleta do Cooperativismo

Em 2024, o Sicoob Credijustra levou a Roleta do Cooperativismo ao evento realizado nos condomínios Total Ville, uma iniciativa conduzida pela Plataforma PJ e apoiada pela unidade socioambiental.

A atividade proporcionou uma experiência interativa e educativa, permitindo que os participantes aprofundassem seus conhecimentos sobre o cooperativismo de forma dinâmica e envolvente. Essa ação reforçou nosso compromisso com a disseminação dos princípios cooperativistas e a conscientização sobre a importância da cooperação para o desenvolvimento social e econômico.

Dia de Cooperar – “Dia C”

Em 2024, o Dia de Cooperar (Dia C) levou à comunidade da região administrativa de São Sebastião um evento repleto de atividades gratuitas voltadas para lazer, saúde, bem-estar, educação financeira, educação cooperativista, gastronomia e cultura. Como o maior movimento de voluntariado do setor cooperativista, a iniciativa fortaleceu o impacto social do cooperativismo, promovendo a integração e o desenvolvimento da comunidade. Diversas atrações foram realizadas, destacando a participação do Sicoob Credijustra com a Roleta do Cooperativismo. A ação possibilitou a intercooperação com as singulares do Sicoob Nova Central, transmitindo de forma lúdica e interativa o conhecimento sobre os princípios cooperativistas para os moradores da região.



2º Campeonato de Handebol

No 2º Campeonato de Handebol, o Sicoob Credijustra marcou presença com a Roleta do Cooperativismo, promovendo a educação cooperativista de forma lúdica e interativa.

A atividade envolveu jovens e o público presente, proporcionando um aprendizado dinâmico sobre os valores do cooperativismo e sua aplicação no dia a dia. Essa iniciativa reforçou o compromisso da cooperativa em disseminar conhecimento e incentivar a cultura da cooperação em diferentes espaços da comunidade.



Concurso Cultural

Em abril de 2024, o Sicoob Credijustra participou do Concurso Cultural do Instituto Sicoob, iniciativa que promove o cooperativismo em escolas de ensino fundamental das redes pública e privada, além de cooperativas educacionais. O projeto busca estimular a construção de conhecimentos que incentivem práticas mais cooperativas, fundamentadas nos valores e princípios do cooperativismo.

Como parte das ações, realizamos a palestra de Educação Cooperativista com o tema “Atitudes Simples, Escolhas Conscientes”, direcionada a 385 crianças do 3º e 5º anos das escolas Classe 13, em Planaltina (DF), e Escola Guariroba, em Samambaia (DF). A atividade teve como objetivo preparar os alunos para o concurso, abordando a importância dos princípios cooperativistas e da tomada de decisões conscientes e responsáveis no cotidiano.

Acreditamos que a educação cooperativista desde a infância é essencial para a formação de cidadãos solidários, éticos e comprometidos com o bem coletivo, além de desenvolver habilidades como trabalho em equipe, liderança e responsabilidade social.





CIDADANIA FINANCEIRA

5.652
PESSOAS IMPACTADAS

Palestras e workshops abordando temas como planejamento financeiro, controle de dívidas e consumo consciente.

Campanhas educativas voltadas a públicos como crianças, jovens, adultos, servidores públicos e mulheres.

Implementação dos programas “Financinhas nas Escolas” e “Se Liga Finanças”.

Distribuição da cartilha “Coopere com seu Dinheiro”, que reforça conceitos de educação financeira e cooperativismo.

Realização de eventos comunitários com dinâmicas práticas de gestão financeira.

Educação Financeira: capacitação para Cooperados Bombeiros e Clínicas Financeiras Online

Em 2024, o Sicoob Credijustra reforçou seu compromisso com a educação financeira

ao promover palestras e consultorias para militares do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. As iniciativas, conduzidas pelo Voluntário Transformador e Consultor Financeiro Afonso Mendonça, impactaram mais de 20 participantes e abordaram temas essenciais para uma gestão financeira equilibrada e sustentável.

No Quartel do 21º GBM, Afonso enfatizou a importância de estabelecer metas financeiras realistas, manter um orçamento equilibrado e adotar estratégias de investimento sólidas. A interação com os militares foi destaque, demonstrando o interesse e o compromisso da categoria em aplicar os conceitos discutidos no dia a dia.

Já no Centro de Atividades Técnicas (CAT), no dia 2 de fevereiro de 2024, os participantes receberam a cartilha “Coopere com o seu dinheiro”, um material prático que auxilia na organização e planejamento financeiro.

Além dessas ações presenciais, o Sicoob Credijustra também ampliou o acesso à educação financeira com as Clínicas Financeiras Online, uma iniciativa do Instituto Sicoob. O Voluntário Transformador Afonso Mendonça agora integra a equipe de consultores que oferece suporte personalizado, abrangendo desde a negociação de dívidas até orientações sobre investimentos.

As clínicas fazem parte do Eixo Cidadania Financeira e estão disponíveis online, proporcionando um atendimento flexível para que os Cooperados possam melhorar sua saúde financeira de qualquer lugar. Acesse as clínicas através do link <https://clinicasfinanceiras.institutosicoob.org.br/> e descubra como podemos ajudar a construir um futuro financeiro mais seguro e próspero para todos.

Essas iniciativas reforçam a importância da educação financeira e a busca por soluções práticas que proporcionam mais autonomia e segurança nas decisões financeiras.



Global Money Week 2024: educação financeira para um futuro consciente

Durante a Global Money Week 2024, o Sicoob Credijustra reforçou seu compromisso em impactar positivamente as futuras gerações, proporcionando a elas as ferramentas necessárias para administrar suas finanças de forma consciente. O foco da programação foi a prevenção de golpes e fraudes financeiras, a atenção aos influenciadores e a prevenção à lavagem de dinheiro, com uma abordagem descontraída, conduzida por especialistas renomados na área.



Programa Financinhas 2024

O Programa Financinhas nas Escolas, desenvolvido pelo Instituto Sicoob, segue sendo uma metodologia inovadora de educação financeira voltada para crianças de 6 a 10 anos. Lançado em 2021, o programa tem como objetivo ensinar conceitos financeiros fundamentais, além de valores como cooperação e responsabilidade, essenciais para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e participativos.

Em 2024, o programa continuou a impactar positivamente as novas gerações, destacando a importância da formação adequada dos professores. O sucesso da iniciativa depende da capacitação dos educadores, que devem entender não só os conceitos financeiros, mas também as estratégias pedagógicas adequadas para integrar os temas financeiros com valores éticos e cooperação.

Ao educar as crianças sobre finanças e promover o entendimento de valores cooperativistas, o programa busca cultivar uma cultura de cidadania financeira que se reflete tanto na vida pessoal dos alunos quanto nas suas comunidades, criando uma base sólida para um futuro mais consciente e participativo no contexto social e econômico.





Palestra para crianças e adolescentes

No dia 18 de março, tivemos o privilégio de estar no Instituto Evolução da Comunidade da Vila Telebrasil, em Brasília, DF, onde realizamos uma atividade lúdica de educação financeira, utilizando o livro “Caio Achou uma Moedinha” para contar histórias que ajudam as crianças a entender conceitos financeiros de forma divertida e envolvente.

Palestras para estagiários e servidores públicos
A Global Money Week também levou nossa missão de educação financeira para 35 estagiários do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Pará, onde realizamos uma palestra interativa focada em orçamento financeiro. Essas ações são fundamentais para criar um impacto duradouro e contribuir para a formação de cidadãos mais preparados para gerenciar suas finanças de maneira inteligente.

Além disso, no Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará, realizamos uma palestra especial para 57 servidores, fortalecendo ainda mais os laços de conhecimento e capacitação dentro da instituição.



Palestras exclusivas no Pará

No Quartel de Castanhal do Corpo de Bombeiros, no dia 22 de março, oferecemos uma palestra exclusiva sobre educação financeira, voltada para o bem-estar dos 35 bombeiros do local. O evento foi parte da nossa contribuição para a Semana Global de Educação Financeira, promovendo uma maior conscientização sobre a importância da gestão financeira responsável e saudável.

No Quartel do 21º GBM, também no Pará, o Voluntário Transformador e Consultor Afonso Mendonça liderou uma palestra sobre metas financeiras realistas, orçamento equilibrado e estratégias de investimento sólidas. A interação com os militares foi extremamente positiva, e o evento reforçou nosso compromisso com a educação financeira nas comunidades, proporcionando aos participantes o conhecimento necessário para tomar decisões mais informadas e garantir um futuro financeiro seguro.

Essas ações demonstram o impacto da conscientização financeira na melhoria da vida das pessoas, capacitando-as a tomar decisões mais informadas para um futuro financeiro mais seguro e próspero.



Semana ENEF 2024: promoção da Educação Financeira no Brasil

A Semana ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) é um evento anual de alcance nacional, realizado desde 2014, com o objetivo de promover ações e iniciativas gratuitas que incentivam a disseminação e o fortalecimento da educação financeira entre jovens e adultos de todo o país.

Ações em Belém e Brasília

Durante a Semana ENEF 2024, que ocorreu de 13 a 19 de maio, o Sicoob Credijustra esteve presente em várias ações presenciais nas cidades de Belém e Brasília. As atividades foram voltadas para a promoção de educação financeira em comunidades locais, com destaque para os jovens e adolescentes do projeto Bombeiros da Vida no Pará e as populações atendidas pelo TRT da 10ª Região, em Brasília.

Palestras no TRT da 10ª Região e Feira de Empregabilidade

No TRT da 10ª Região, realizamos uma palestra de educação financeira para servidores e empregados, promovendo o entendimento de conceitos como orçamento pessoal, controle de dívidas e planejamento financeiro.

Além disso, participamos da 5ª Feira de Empregabilidade do Grau Técnico, no polo de Taguatinga, em Brasília, onde as voluntárias Beatriz e Michelle apresentaram uma palestra sobre “Saúde Financeira”, voltada para alunos e membros da comunidade local. Durante a palestra, foram abordados temas fundamentais para a gestão financeira saudável, com foco na importância de tomar decisões conscientes para garantir a estabilidade financeira pessoal.

Essas ações foram mais uma etapa do nosso compromisso em ampliar a educação financeira no Brasil, contribuindo para a capacitação de cidadãos e a construção de um futuro mais seguro e sustentável para todos.





EDUCAÇÃO FINANCEIRA: INICIATIVA E IMPACTOS 2024

Educação Financeira para crianças

Em maio, realizamos uma palestra de educação financeira para os alunos do 5º ano do Colégio Estadual Brigadeiro Fontenelle, em Belém. O objetivo foi promover a conscientização financeira desde cedo, fornecendo aos jovens estudantes ferramentas essenciais para a gestão do dinheiro, com ênfase na importância de economizar e planejar financeiramente para o futuro.



Educação Financeira para Empregados

Em abril, a voluntária Thaís compartilhou seu conhecimento e dedicação com seus colegas de trabalho ao realizar uma palestra sobre educação financeira. Durante o evento, foram abordados temas cruciais como planejamento financeiro, poupança, investimentos e controle de despesas, oferecendo orientações práticas para ajudar os participantes a alcançar maior segurança financeira. Este evento marcou um passo importante para Thaís, que busca expandir sua atuação e levar esse conhecimento às comunidades de Belém.

Educação Financeira para Cooperados da Competency

Realizamos uma palestra sobre planejamento orçamentário para os Cooperados da Cooperativa Competency, com o objetivo de aprimorar suas habilidades financeiras e fortalecer a gestão econômica dentro da cooperativa, contribuindo para uma administração financeira mais eficiente e sustentável.



Consultoria Financeira para os Bombeiros

O Consultor Financeiro e Voluntário do Instituto Sicoob, Afonso Mendonça, realizou uma palestra sobre educação financeira para mais de 20 pessoas no Centro de Atividades Técnicas (CAT), do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, no dia 2 de fevereiro de 2024. Durante a palestra, os participantes receberam a cartilha “Coopere com o seu dinheiro” do Sicoob, oferecendo ferramentas práticas para aprimorar a gestão financeira pessoal e construir um futuro financeiro mais saudável.

Consultoria Financeira para Cooperados do TRT10 em Palmas/TO

Realizamos uma palestra de educação financeira no estado do Tocantins, com apoio da Associação dos Servidores Públicos (ASD) e do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. O evento, que envolveu servidores, terceirizados e estagiários, teve como objetivo capacitar os participantes na gestão financeira pessoal, além de disseminar os valores do cooperativismo, incentivando uma abordagem colaborativa e sustentável na administração dos recursos financeiros.

Educação Financeira na Escola Aprender (Rio de Janeiro/RJ)

Promovemos um evento de educação financeira na Escola Aprender, localizada no Rio de Janeiro, para desenvolver habilidades financeiras em 50 crianças. Durante o evento, utilizamos o portfólio Financinhas nas Escolas, uma ferramenta interativa que facilita o entendimento de conceitos como orçamento e planejamento financeiro, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível.



Educação Financeira para Mulheres no Projeto “Mulheres que Cuidam de Si” (SESC)

Realizamos uma palestra de educação financeira para 80 mulheres participantes do projeto “Mulheres que Cuidam de Si”, do SESC. O evento abordou conceitos fundamentais de gestão financeira pessoal, com o objetivo de fortalecer a autonomia econômica das mulheres e promover o desenvolvimento financeiro, possibilitando a conquista de uma vida mais equilibrada e independente.



Educação Financeira para servidores do MPT

Durante a Semana do Servidor, realizamos uma palestra de educação financeira para 95 servidores e magistrados do Ministério Público do Trabalho (MPT). A palestra focou em planejamento financeiro, controle de despesas e investimentos, promovendo a conscientização sobre a importância da educação financeira para o bem-estar e segurança econômica, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.





Educação Financeira para alunos do Grau Cursos

Realizamos uma palestra de educação financeira para 45 alunos do Grau Cursos Técnicos, com o objetivo de promover a conscientização sobre gestão financeira pessoal. A ação abordou temas como planejamento financeiro, hábitos financeiros saudáveis e tomada de decisões conscientes, capacitando os alunos para os desafios financeiros no cotidiano e em sua futura carreira.

Educação Financeira para Bombeiros de Belém/PA

Realizamos uma palestra de educação financeira para o 1º Grupamento de Bombeiros Militar em Belém, PA, impactando 22 militares. Durante o evento, oferecemos orientações sobre gestão financeira pessoal, planejamento orçamentário e hábitos financeiros saudáveis, visando promover a conscientização financeira entre os membros da corporação.

Educação Financeira na Igreja do Evangelho Quadrangular (Belém/PA)

Oferecemos uma palestra de educação financeira na Igreja do Evangelho Quadrangular, em Belém/PA, impactando 30 pessoas. O objetivo foi fornecer ferramentas práticas para gestão financeira, promover decisões mais conscientes e melhorar a qualidade de vida, especialmente em comunidades que enfrentam desafios econômicos.

Essas ações demonstram o nosso compromisso em promover a educação financeira de forma ampla e acessível, capacitando cidadãos para uma gestão financeira mais eficiente e sustentável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e financeiramente saudável.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

587
PESSOAS IMPACTADAS

Participação ativa em campanhas de doação de sangue e incentivo ao voluntariado.

Colaboração no Dia C de Cooperar, promovendo o engajamento de cooperativas em ações sociais.

Realização de atividades socioambientais em parceria com outras instituições.

Desenvolvimento de eventos para fortalecer a intercooperação, mostrando como o cooperativismo pode impactar diferentes áreas da sociedade.

Parcerias de negócios e sustentabilidade

Demos continuidade ao nosso esforço de promover educação financeira, educação cooperativista e empreendedorismo, com visitas às associações para apresentar nossos programas e fortalecer a gestão sustentável. Durante essas visitas, contamos com a presença de presidentes da ASDR (Associação dos Servidores do TRT10ª Região) e ASMIP (Associação dos Servidores do MPTDF), ampliando o alcance das nossas iniciativas.



Campanha de doação de sangue

Em um período crítico de redução das doações de sangue, que ocorre com a chegada das férias e o período da seca, realizamos uma campanha de doação de sangue em Brasília. Com o apoio das áreas de gestão e cultura, buscamos reverter a diminuição dos estoques nos bancos de sangue, contribuindo para salvar vidas e incentivar o engajamento da comunidade.



Semana da Saúde do TRT 1ª Região/RJ

Durante a Semana da Saúde do TRT da 1ª Região, realizada no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de promover o bem-estar físico e financeiro dos servidores e terceirizados. Realizamos sessões de massagem, clínicas financeiras, além de orientações sobre saúde mental e gestão financeira, impactando um total de 150 pessoas. A iniciativa visou promover um ambiente corporativo mais saudável e produtivo.



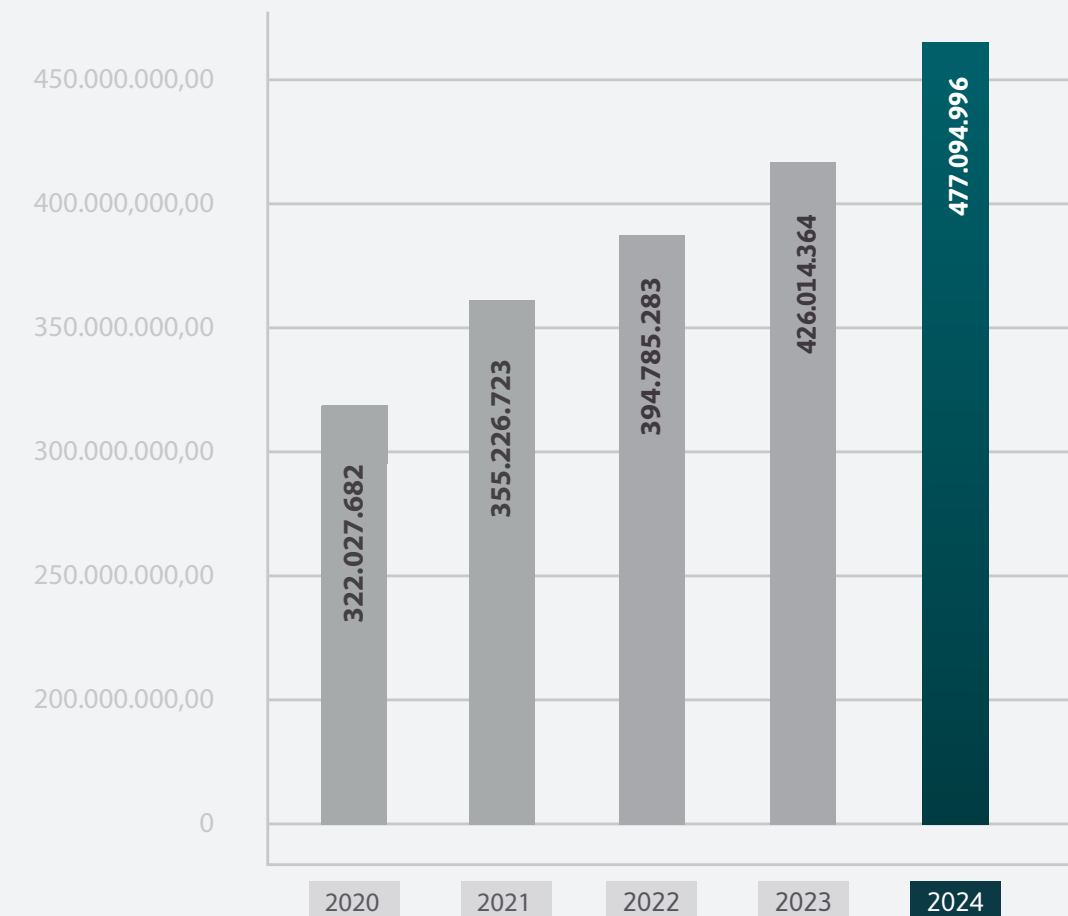


DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

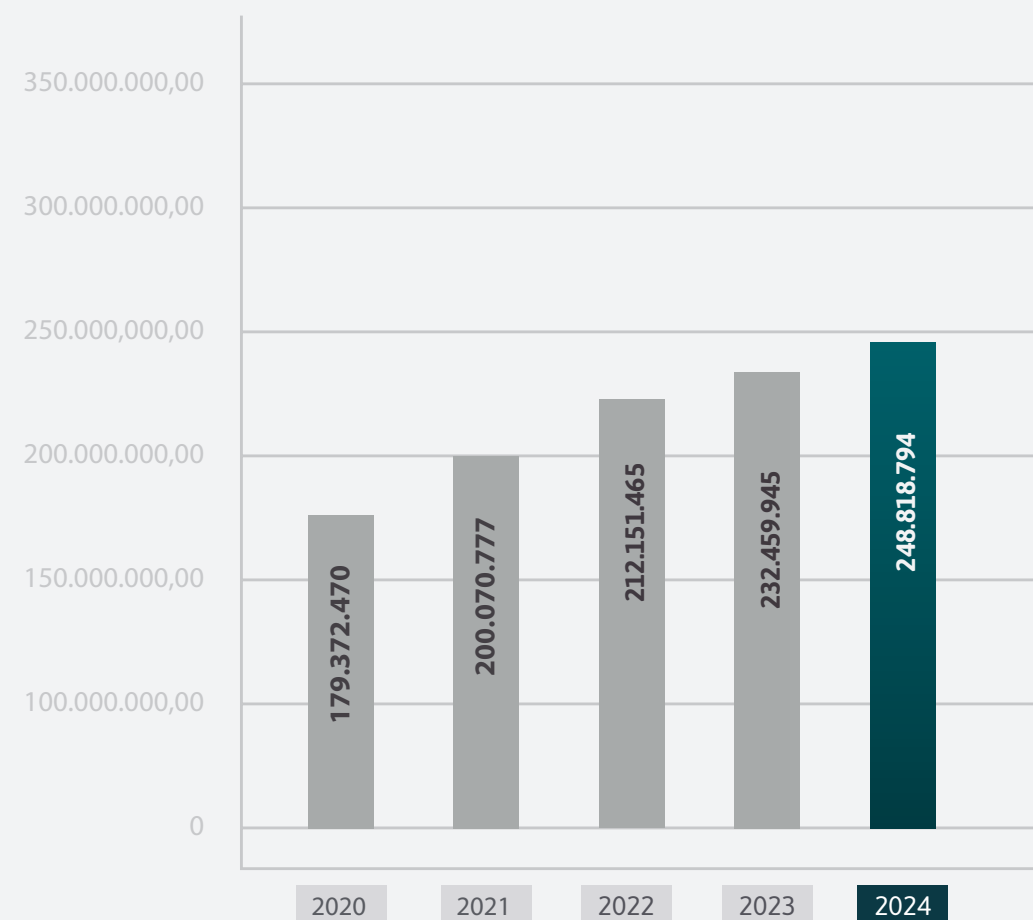


ATIVO

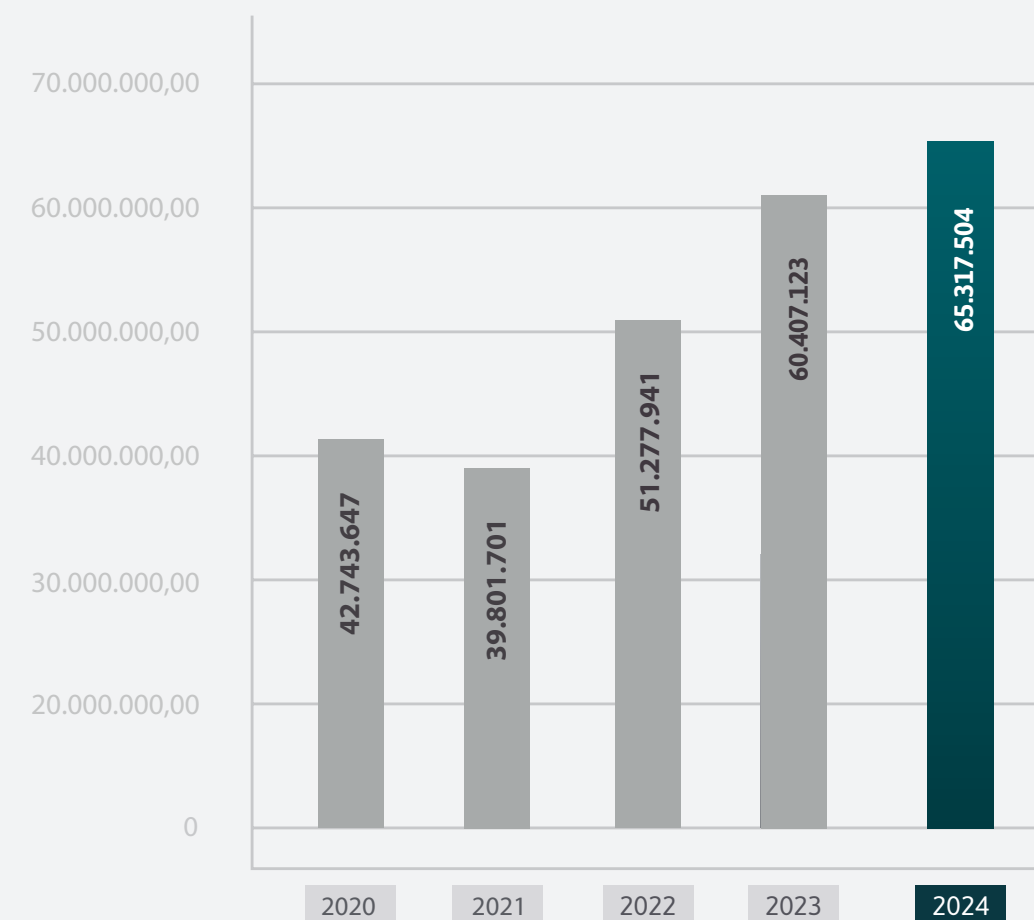




OPERAÇÕES DE CRÉDITO



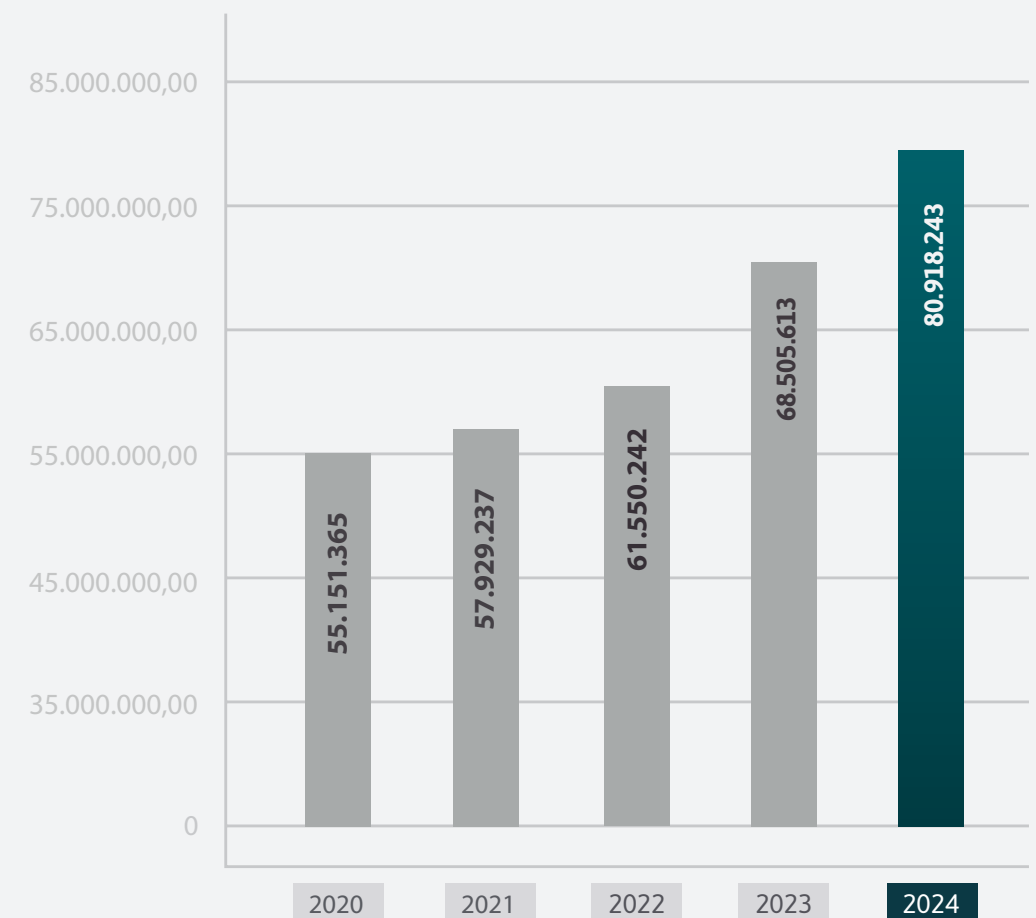
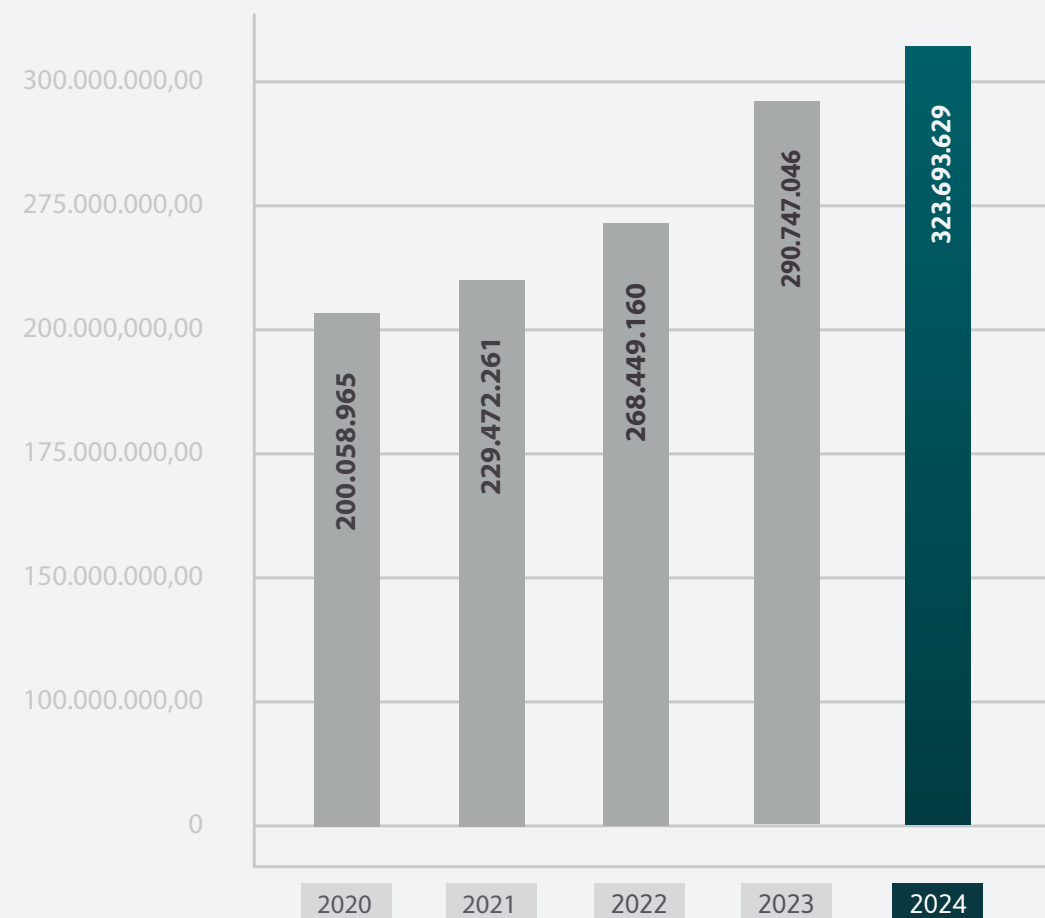
DEPÓSITO À VISTA





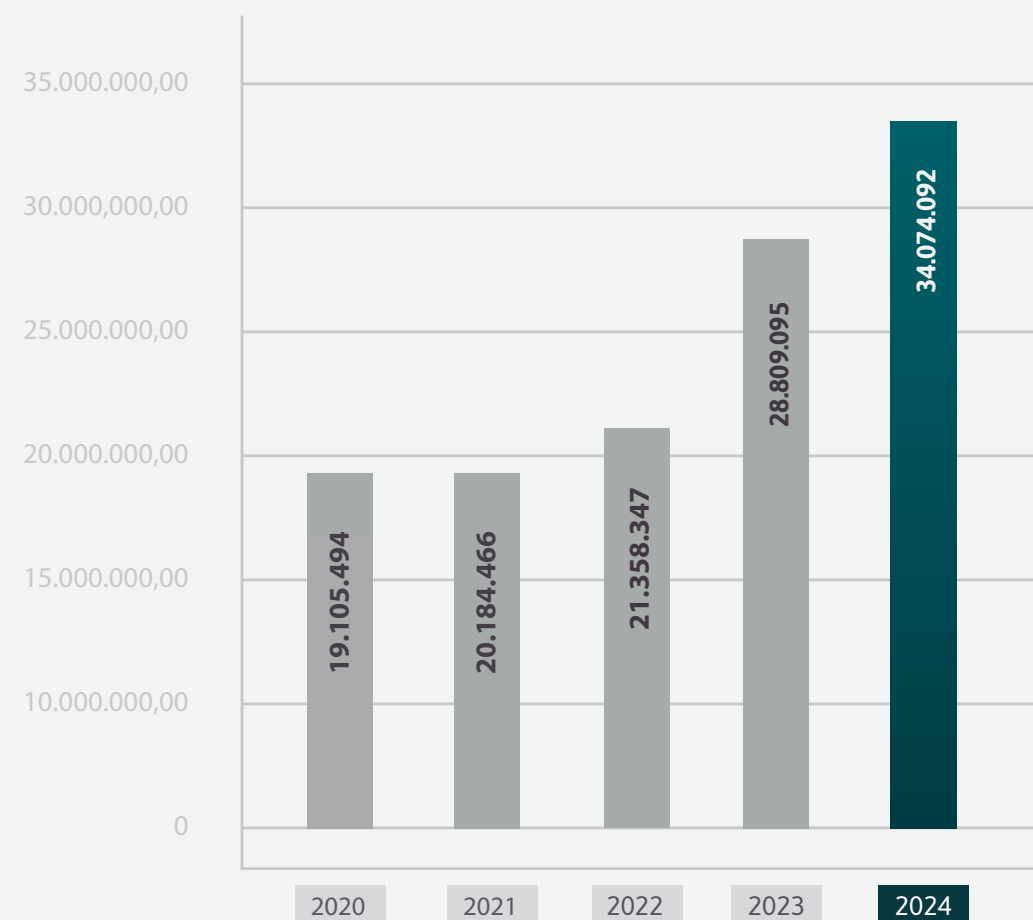
DEPÓSITO A PRAZO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

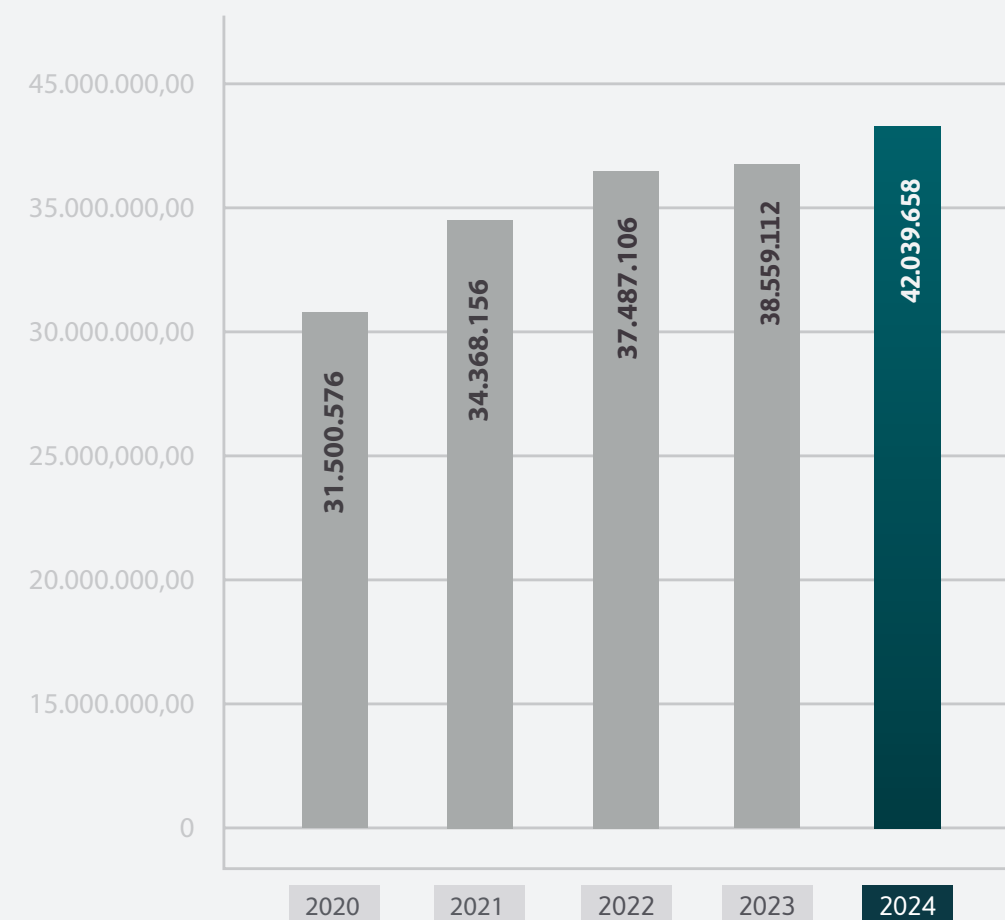




CAPITAL SOCIAL

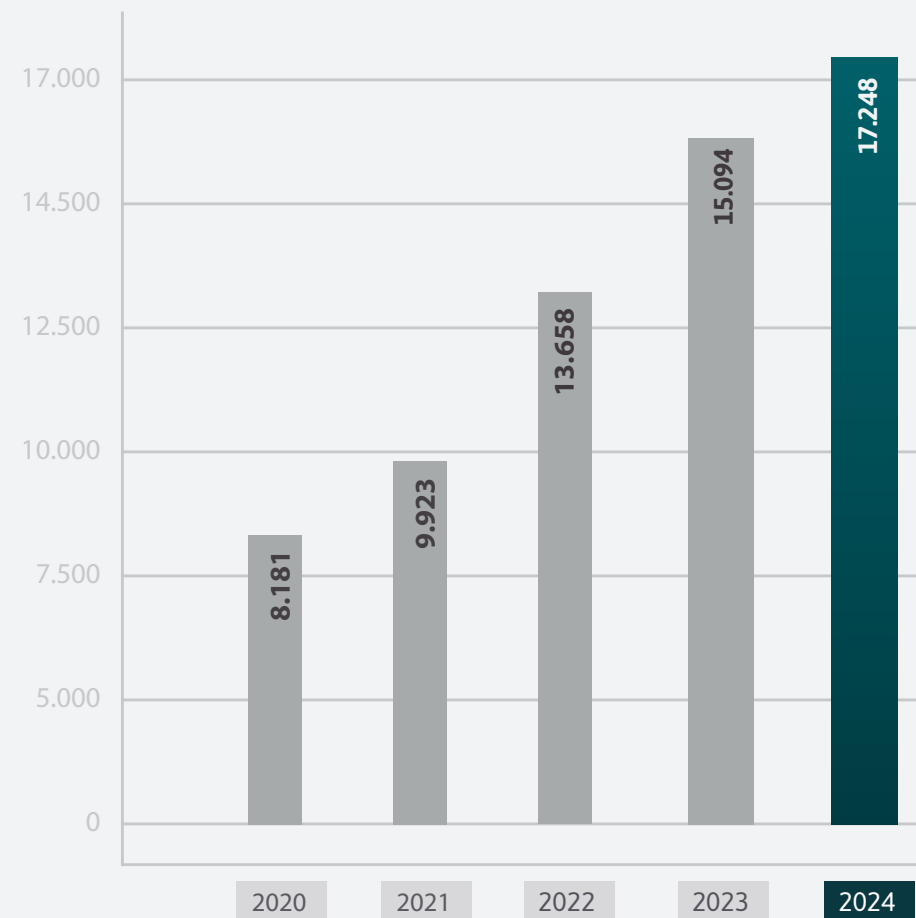


FUNDO DE RESERVA

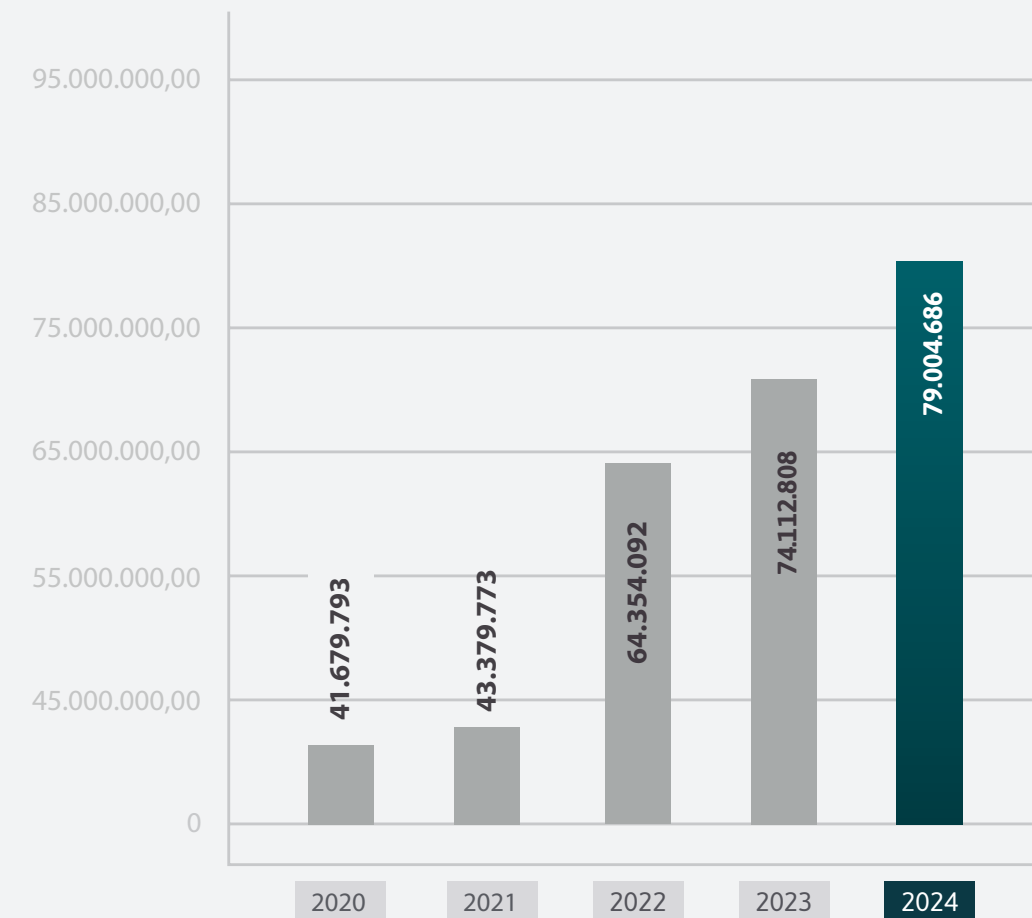




QUADRO SOCIAL

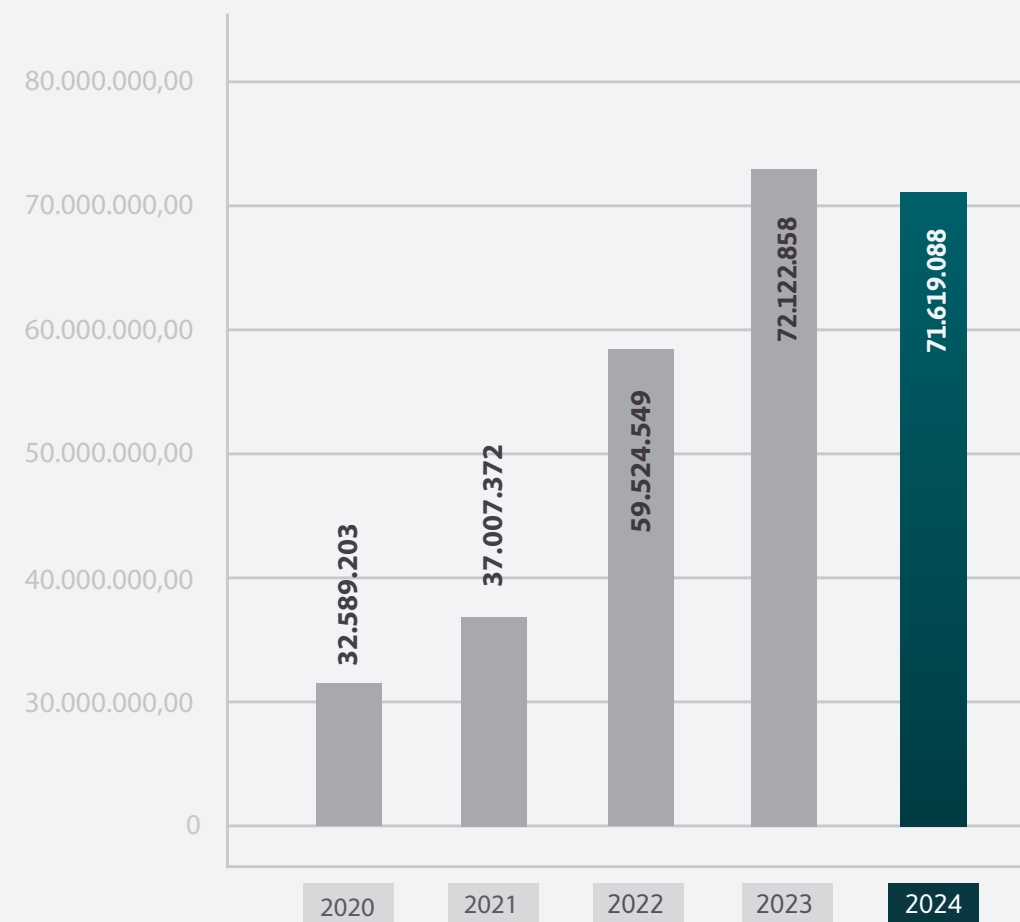


RECEITA





DESPESA

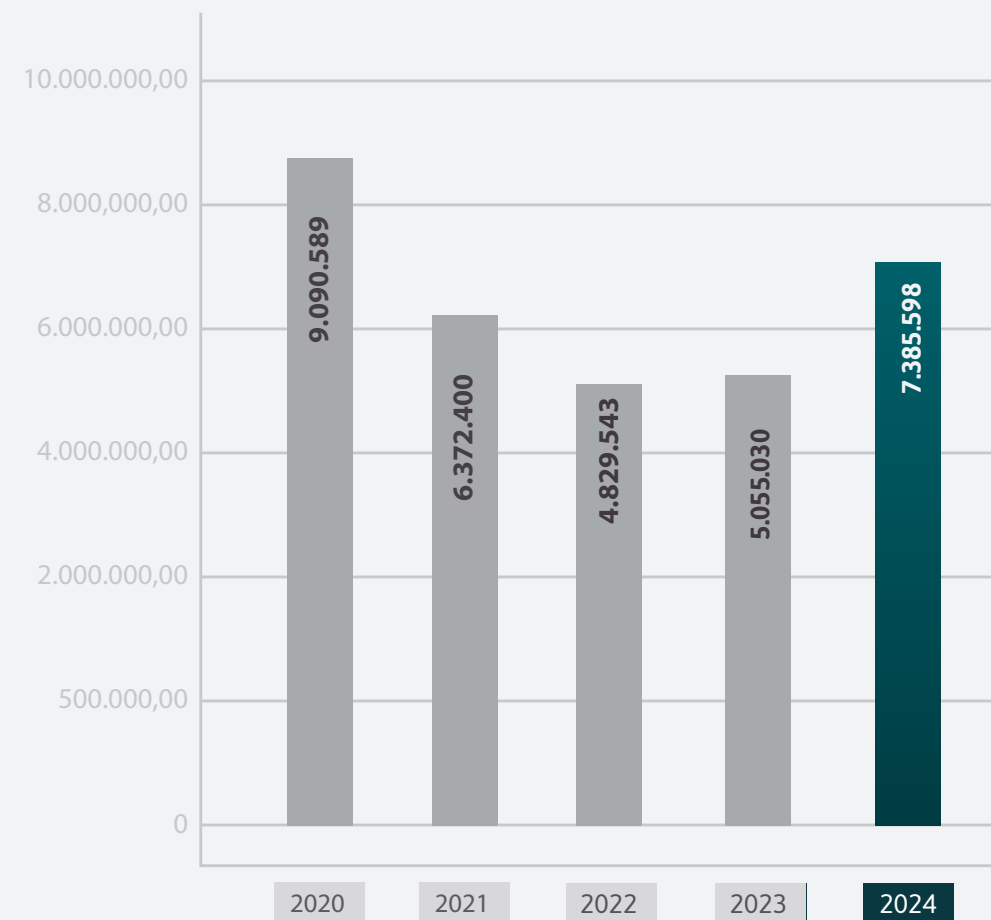


RECEITA X DESPESA





SOBRAS BRUTAS

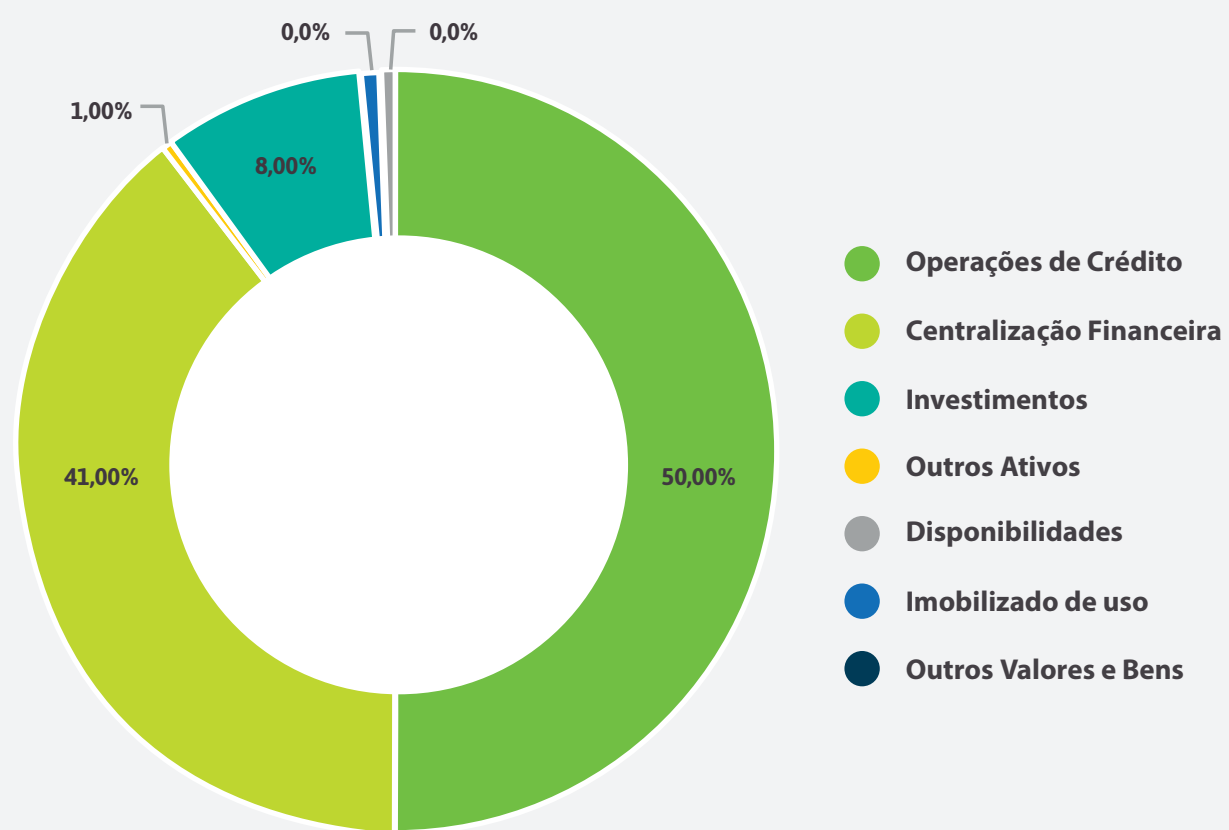


SOBRAS LÍQUIDAS

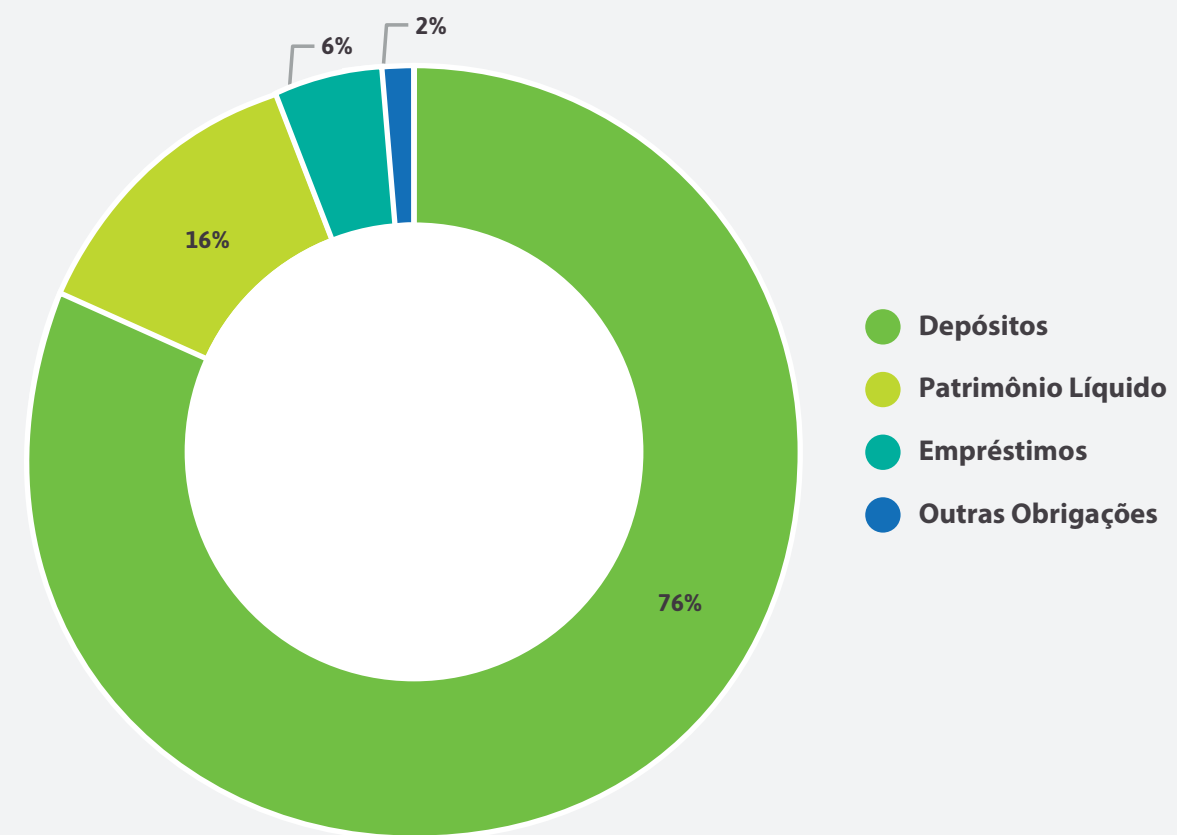




COMPOSIÇÃO DO ATIVO



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício em 31/12/2024 e 31/12/2023

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		477.094.996,15	426.014.364,14
DISPONIBILIDADES	4	1.584.817,04	1.433.443,11
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		484.133.705,18	433.553.077,45
Títulos e Valores Mobiliários	5	38.813.435,62	34.902.547,46
Relações Interfinanceiras		192.701.193,53	163.649.580,32
Centralização Financeira	4	192.701.193,53	163.649.580,32
Operações de Crédito	6	248.818.794,01	230.771.006,11
Outros Ativos Financeiros	7	3.800.282,02	4.229.943,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(10.093.341,87)	(10.617.868,89)
(-) Operações de Crédito	6.b	(9.463.370,99)	(9.371.025,81)
(-) Outras	7.1	(629.970,88)	(1.246.843,08)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	27.277,94	13.661,10
OUTROS ATIVOS	9	633.257,22	522.918,74
IMOBILIZADO DE USO	10	4.117.681,94	4.396.756,47
INTANGÍVEL	11	501.146,43	501.146,43
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	10 - 11	(3.809.547,73)	(3.788.770,27)
TOTAL DO ATIVO		477.094.996,15	426.014.364,14

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercício em 31/12/2024 e 31/12/2023

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.094.996,15	426.014.364,14
DEPÓSITOS	12	389.011.133,95	351.154.169,47
Depósitos à Vista		65.317.504,79	60.407.123,00
Depósitos a Prazo		323.693.629,16	290.747.046,47
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		532.405,02	376.102,98
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	31.985,90	160.100,62
Outros Passivos Financeiros	14	500.419,12	216.002,36
PROVISÕES	15	1.771.369,77	1.427.055,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	595.534,15	457.721,29
OUTROS PASSIVOS	17	4.266.309,48	4.093.702,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL	18	34.074.092,73	28.809.095,23
RESERVAS DE SOBRAS		46.844.151,05	38.559.112,12
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		-	1.137.405,17
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.094.996,15	426.014.364,14

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercício em 31/12/2023 e 31/12/2024

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.454.700,60	64.376.900,59	60.445.286,59
Operações de Crédito	20	23.579.649,97	45.651.985,36	41.246.057,03
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	9.875.042,44	18.724.907,04	19.199.229,56
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		8,19	8,19	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(19.191.317,59)	(37.645.215,61)	(40.868.726,24)
Operações de Captação no Mercado	12.d	(16.878.872,89)	(32.329.822,27)	(33.775.343,52)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.b	(3.423,75)	(10.059,92)	(308.032,93)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.309.020,95)	(5.305.333,42)	(6.785.349,79)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.263.383,01	26.731.684,98	19.576.560,35
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(6.572.055,84)	(15.462.292,69)	(13.867.849,35)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	2.461.613,28	5.038.731,04	4.079.493,67
Rendas de Tarifas	23	109.614,77	308.709,57	214.702,86
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(7.174.473,72)	(13.867.182,67)	(12.584.485,37)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(4.748.585,10)	(8.902.249,04)	(9.466.423,81)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(83.960,00)	(164.373,14)	(152.482,38)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	4.643.127,00	5.503.909,22	6.248.068,37
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(1.779.392,07)	(3.379.837,67)	(2.206.722,69)
PROVISÕES	29	(321.223,69)	(361.814,06)	(445.606,20)
Provisões/Reversões para Contingências		(285.811,38)	(278.249,39)	(532.954,52)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(35.412,31)	(83.564,67)	87.348,32
RESULTADO OPERACIONAL		7.370.103,48	10.907.578,23	5.263.104,80
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(129.584,72)	(121.490,26)	(88.818,25)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.240.518,76	10.786.087,97	5.174.286,55
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(173.132,70)	(119.256,46)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(103.042,24)	(67.062,30)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(70.090,46)	(52.194,16)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		7.240.518,76	10.612.955,27	5.055.030,09

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

Exercício em 31/12/2024 e 31/12/2023

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022		21.390.507,13	(32.160,00)	37.487.105,72	0,00	2.704.789,11	61.550.241,96
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	(108.191,56)	(108.191,56)
Distribuição de sobras para associados		999.993,07	0,00	0,00	0,00	(2.596.597,55)	(1.596.604,48)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	48.341,74	0,00	0,00	48.341,74
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.815.018,28	(134.610,00)	0,00	0,00	0,00	4.680.408,28
Por Devolução (-)		(1.238.103,52)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.238.103,52)
Estorno de Capital		(30,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(30,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	282.163,17	282.163,17
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	5.055.030,09	5.055.030,09
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.062.382,91)	(3.062.382,91)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.008.480,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.008.480,27
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.023.664,66	0,00	(1.023.664,66)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(113.740,52)	(113.740,52)
Saldos em 31/12/2023		28.975.865,23	(166.770,00)	38.559.112,12	0,00	1.137.405,17	68.505.612,52
Saldos em 31/12/2023		28.975.865,23	(166.770,00)	38.559.112,12	0,00	1.137.405,17	68.505.612,52
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	(45.496,21)	(45.496,21)
Constituição de Reservas	18.f	0,00	0,00	0,00	1.091.908,96	(1.091.908,96)	0,00
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	(154.690,97)	(154.690,97)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		3.768.313,32	(212.090,00)	0,00	0,00	0,00	3.556.223,32
Por Devolução (-)		(1.462.072,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.462.072,87)
Estorno de Capital		(90,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(90,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	348.950,11	348.950,11
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	10.612.955,27	10.612.955,27
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	18.h	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.227.357,02)	(3.227.357,02)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.170.937,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.170.937,05
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	18.g	0,00	0,00	3.480.546,76	0,00	(3.480.546,76)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	18.g	0,00	0,00	0,00	3.712.583,21	(3.712.583,21)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	18.g	0,00	0,00	0,00	0,00	(386.727,42)	(386.727,42)
Saldos em 31/12/2024		34.452.952,73	(378.860,00)	42.039.658,88	4.804.492,17	0,00	80.918.243,78
Saldos em 30/06/2024		29.882.383,17	(257.620,00)	38.559.112,12	1.091.908,96	3.372.436,51	72.648.220,76
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	(154.690,97)	(154.690,97)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.107.807,53	(121.240,00)	0,00	0,00	0,00	1.986.567,53
Por Devolução (-)		(708.085,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	(708.085,02)
Estorno de Capital		(90,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(90,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	348.950,11	348.950,11
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	7.240.518,76	7.240.518,76
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	18.h	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.227.357,02)	(3.227.357,02)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.170.937,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.170.937,05
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	18.g	0,00	0,00	3.480.546,76	0,00	(3.480.546,76)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	18.g	0,00	0,00	0,00	3.712.583,21	(3.712.583,21)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	18.g	0,00	0,00	0,00	0,00	(386.727,42)	(386.727,42)
Saldos em 31/12/2024		34.452.952,73	(378.860,00)	42.039.658,88	4.804.492,17	0,00	80.918.243,78



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício em 31/12/2024 e 31/12/2023

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(3.796.449,30)	(3.796.449,30)	(4.242.274,46)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	-	(61.911,78)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	21	2.309.020,95	5.305.333,42	6.785.349,79
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	35.412,31	83.564,67	(87.348,32)
Provisões/Reversões para Contingências		285.811,38	278.249,39	532.954,52
Atualização de Depósitos em Garantia	27	(11.485,61)	(20.245,29)	(72.280,16)
Depreciações e Amortizações	25	125.905,07	257.169,19	474.719,89
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		6.188.733,56	12.893.710,05	8.503.496,03
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito		(8.670.840,88)	(22.502.422,83)	(21.701.872,48)
Outros Ativos Financeiros		(663.215,00)	(925.318,68)	(1.584.010,57)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(3.312,59)	(13.616,84)	(11.374,65)
Outros Ativos		180.702,38	(110.338,48)	(20.244,38)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		4.663.192,53	4.910.381,79	9.129.181,70
Depósitos a Prazo		14.754.267,80	32.946.582,69	22.297.886,64
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(64.024,22)	(128.114,72)	(6.310.821,75)
Outros Passivos Financeiros		106.264,45	284.416,76	183.127,29
Provisões		(17.500,00)	(17.500,00)	(65.512,41)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		158.451,43	137.812,86	31.383,78
Outros Passivos		(3.055.859,30)	(3.054.749,71)	(4.432.024,46)
FATES - Atos Cooperativos		(386.727,42)	(386.727,42)	(113.740,52)
Outras Destinações		-	(45.496,21)	(108.191,56)
Reversão/Realização de Fundos		348.950,11	348.950,11	282.163,17
Imposto de Renda Pago		(59.069,23)	(103.042,24)	(103.632,32)
Contribuição Social Pago		(43.403,72)	(70.090,46)	(83.123,48)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		13.436.609,90	24.164.436,67	5.892.690,03
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	-	61.911,78
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		3.796.449,30	3.796.449,30	4.242.274,46
Aquisição de Intangível		-	-	(87.790,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		90.509,12	42.682,80	(387.518,70)
Aquisição de Investimentos		(3.910.888,16)	(3.910.888,16)	(1.304.186,24)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(23.929,74)	(71.756,06)	2.524.691,30
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.986.567,53	3.556.223,32	4.680.408,28
Devolução de Capital aos Cooperados		(708.085,02)	(1.462.072,87)	(1.238.103,52)
Estorno de Capital		(90,00)	(90,00)	(30,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	-	(1.596.604,48)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.170.937,05	3.170.937,05	3.008.480,27
Outros Eventos/Reservas		(154.690,97)	(154.690,97)	48.341,74
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.294.638,59	5.110.306,53	4.902.492,29
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.707.318,75	29.202.987,14	13.319.873,62
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		176.578.691,82	165.083.023,43	151.763.149,81
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		194.286.010,57	194.286.010,57	165.083.023,43
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		17.707.318,75	29.202.987,14	13.319.873,62

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercício em 31/12/2024 e 31/12/2023

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		7.240.518,76	10.612.955,27	5.055.030,09
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		7.240.518,76	10.612.955,27	5.055.030,09
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES EXPRESSOS EM REAIS



1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA, doravante denominado SICOOB CREDIJUSTRA, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/12/1991, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIJUSTRA, sediado à SCS QUADRA 2 BLOCO D LOTE 81, Nº 401, ASA SUL, BRASÍLIA - DF, possui: 12 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BRASÍLIA - DF, BELÉM - PA, FLORIANÓPOLIS - SC, PORTO ALEGRE - RS, GOIÂNIA - GO, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIJUSTRA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 28/02/2025.



b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

PRONUNCIAMENTOS CPC	RESOLUÇÃO CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros:

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- Etapa 1 - Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- Etapa 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- Etapa 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- Etapa 5 - Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;



treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- Etapa 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- Classificação em modelos de negócios: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

- Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

- Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- Taxa de juros efetiva da operação (TJEO): o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- Suspensão dos juros (stop accrual): de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo o

o parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- Alocação em estágios: dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- Estágio 1: ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

- Estágio 2: ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

- Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- Perdas esperadas (PE): A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um acréscimo do provisionamento no valor aproximado de R\$ 1.847.900,08, correspondente a 2,28% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

- Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off): O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- Hierarquia de valor justo: os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- Nível 1: instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

- Nível 2: instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

- Nível 3: instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

- Efeitos tributários Cooperativas: em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022



não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito



Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados

em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços



prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não Associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

u) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

v) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIJUSTRA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações

envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	1.584.817,04	1.433.443,11
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	192.701.193,53	163.649.580,32
TOTAL	194.286.010,57	165.083.023,43

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	9.875.042,44	18.724.907,04	19.199.229,56



5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	38.813.435,62	38.813.435,62	-	34.902.547,46	34.902.547,46
TOTAL	-	38.813.435,62	38.813.435,62	-	34.902.547,46	34.902.547,46

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8,19	8,19	-
TOTAL	8,19	8,19	-

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	42.363.176,85	198.998.375,32	241.361.552,17	37.541.928,79	187.126.897,91	224.668.826,70
Financiamentos	1.885.681,99	5.571.559,85	7.457.241,84	1.287.019,30	4.815.160,11	6.102.179,41
Total de Operações de Crédito	44.248.858,84	204.569.935,17	248.818.794,01	38.828.948,09	191.942.058,02	230.771.006,11
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.541.824,28)	(6.921.546,71)	(9.463.370,99)	(2.611.848,26)	(6.759.177,55)	(9.371.025,81)
TOTAL	41.707.034,56	197.648.388,46	239.355.423,02	36.217.099,83	185.182.880,47	221.399.980,30

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL / PERCENTUAL			EMPRÉSTIMO / TD	FINANCIAMENTOS	TOTAL EM	PROVISÕES 31/12/2022	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES 31/12/2021
AA	-	Normal	81.192.476,39	189.504,45	81.381.980,84		66.069.676,36	
A	0,5%	Normal	75.615.750,10	2.705.438,86	78.321.188,96	(391.606,05)	77.926.480,36	(389.632,90)
B	1%	Normal	36.368.169,96	2.121.985,59	38.490.155,55	(384.901,67)	36.033.355,65	(360.334,03)
B	1%	Vencidas	1.231.251,39	-	1.231.251,39	(12.312,62)	607.470,63	(6.074,71)
C	3%	Normal	31.441.707,72	2.032.437,07	33.474.144,79	(1.004.224,45)	32.397.873,39	(971.936,20)
C	3%	Vencidas	1.328.527,77	-	1.328.527,77	(39.855,94)	972.480,44	(29.174,41)
D	10%	Normal	3.792.271,49	247.744,97	4.040.016,46	(404.001,76)	4.926.121,96	(492.612,20)
D	10%	Vencidas	632.860,96	-	632.860,96	(63.286,21)	1.494.505,17	(149.450,52)
E	30%	Normal	790.548,53	-	790.548,53	(237.164,67)	853.421,26	(256.026,38)
E	30%	Vencidas	936.523,74	-	936.523,74	(280.957,23)	1.579.636,15	(473.890,85)
F	50%	Normal	925.013,25	-	925.013,25	(462.506,74)	686.404,31	(343.202,16)
F	50%	Vencidas	1.246.898,42	92.462,28	1.339.360,70	(669.680,41)	1.910.980,23	(955.490,12)
G	70%	Normal	88.492,58	-	88.492,58	(61.944,92)	162.280,94	(113.596,66)
G	70%	Vencidas	1.263.355,35	29.312,26	1.292.667,61	(904.867,44)	1.069.048,63	(748.334,04)
H	100%	Normal	1.665.616,81	3.606,84	1.669.223,65	(1.669.223,65)	1.516.960,30	(1.516.960,30)
H	100%	Vencidas	2.842.087,71	34.749,52	2.876.837,23	(2.876.837,23)	2.564.310,33	(2.564.310,33)
Total Normal			231.880.046,83	7.300.717,78	239.180.764,61	(4.615.573,91)	220.572.574,53	(4.444.300,83)
Total Vencidos			9.481.505,34	156.524,06	9.638.029,40	(4.847.797,08)	10.198.431,58	(4.926.724,98)
Total Geral			241.361.552,17	7.457.241,84	248.818.794,01	(9.463.370,99)	230.771.006,11	(9.371.025,81)
Provisões			(9.237.770,20)	(225.600,79)	(9.463.370,99)		(9.371.025,81)	
Total Líquido			232.123.781,97	7.231.641,05	239.355.423,02		221.399.980,30	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

TIPO	ATÉ 90	DE 91 A 360	ACIMA DE 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	14.466.719,24	27.896.457,61	198.998.375,32	241.361.552,17	224.668.826,70
Financiamentos	498.763,88	1.386.918,11	5.571.559,85	7.457.241,84	6.102.179,41
TOTAL	14.965.483,12	29.283.375,72	204.569.935,17	248.818.794,01	230.771.006,11

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	FINANCIAMENTO	% DA CARTEIRA	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado - Serviços	4.275.464,91	6.567.052,87	4,36%	10.842.517,78	7.712.142,68
Pessoa Física	237.086.087,26	831.516,94	95,62%	237.917.604,20	223.056.680,49
Outros	-	58.672,03	0,02%	58.672,03	2.182,94
TOTAL	241.361.552,17	7.457.241,84	100,00%	248.818.794,01	230.771.006,11

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(9.371.025,81)	(7.162.806,09)
Constituições/ Reversões no período	(4.546.980,11)	(5.292.114,44)
Transferência para prejuízo no período	4.454.634,93	3.083.894,72
Saldo Final	(9.463.370,99)	(9.371.025,81)

f) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2023	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	745.570,89	0,30%	889.773,51	0,36%
10 Maiores Devedores	4.955.759,96	1,99%	5.269.912,01	2,14%
50 Maiores Devedores	20.612.070,77	8,26%	20.949.512,37	9,01%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	13.366.104,95	10.474.999,97
Valor das operações transferidas no período	5.829.860,44	3.971.793,90
Valor das operações recuperadas no período	(679.659,98)	(569.016,90)
Valor das operações renegociadas no período	(566.222,90)	(467.298,90)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(174.662,27)	(44.373,12)
Saldo Final	17.775.420,24	13.366.104,95

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	51.808.024,98	17.866.635,28

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	857.146,16	-	857.146,16	1.688.939,15	-	1.688.939,15
Rendas a Receber (b)	2.225.555,69	-	2.225.555,69	1.852.523,21	-	1.852.523,21
Títulos e Créditos a Receber (c)	130.528,02	-	130.528,02	147.004,62	-	147.004,62
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	587.052,15	587.052,15	-	541.476,58	541.476,58
TOTAL	3.213.229,87	587.052,15	3.800.282,02	3.688.466,98	541.476,58	4.229.943,56



(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Rendas de Convênios	7.540,40	-	7.540,40	10.115,38	-	10.115,38
Rendas de Cartões	374.812,35	-	374.812,35	350.927,34	-	350.927,34
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	1.821.086,51	-	1.821.086,51	1.473.443,98	-	1.473.443,98
Rendas de Domicílio Bancário	4.289,28	-	4.289,28	1.957,41	-	1.957,41
Rendas de Poupança	10.427,12	-	10.427,12	9.067,22	-	9.067,22
Rendas de Transações Interfinanceiras	7.212,34	-	7.212,34	7.011,88	-	7.011,88
Outras Rendas a Receber	187,69	-	187,69	-	-	-
TOTAL	2.225.555,69	-	2.225.555,69	1.852.523,21	-	1.852.523,21

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	17.650,50	-	17.650,50
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	3.285,00	-	3.285,00	2.111,10	-	2.111,10
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	127.243,02	-	127.243,02	127.243,02	-	127.243,02
TOTAL	130.528,02	-	130.528,02	147.004,62	-	147.004,62

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pis	-	125.529,60	125.529,60	-	121.880,03	121.880,03
Cofins	-	435.108,78	435.108,78	-	419.596,55	419.596,55
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	26.413,77	26.413,77	-	-	-
TOTAL	-	587.052,15	587.052,15	-	541.476,58	541.476,58

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(629.970,88)	-	(629.970,88)	(1.246.843,08)	-	(1.246.843,08)
TOTAL	(629.970,88)	-	(629.970,88)	(1.246.843,08)	-	(1.246.843,08)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

NÍVEL / PERCENTUAL			AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	TOTAL EM 31/12/2023	PROVISÕES 31/12/2023	TOTAL EM 30/12/2022	PROVISÕES 30/12/2022
E	30%	Normal	29.716,15	29.716,15	(8.914,87)	69.572,34	(20.871,87)
E	30%	Vencidas	178.411,65	178.411,65	(53.523,52)	356.567,32	(106.970,20)
F	50%	Normal	12.083,54	12.083,54	(6.041,79)	10.890,73	(5.445,37)
F	50%	Vencidas	104.309,68	104.309,68	(52.154,86)	214.426,14	(107.213,07)
G	70%	Normal	1.639,15	1.639,15	(1.147,43)	-	-
G	70%	Vencidas	75.992,01	75.992,01	(53.194,43)	103.800,17	(72.660,12)
H	100%	Normal	-	-	-	1.007,64	(1.007,64)
Total Normal			43.438,84	43.438,84	(16.104,09)	81.470,71	(27.324,88)
Total Vencidos			813.707,32	813.707,32	(613.866,79)	1.607.468,44	(1.219.518,20)
Total Geral			857.146,16	857.146,16	(629.970,88)	1.688.939,15	(1.246.843,08)
Provisões			(629.970,88)	(629.970,88)		(1.246.843,08)	
Total Líquido			227.175,28	227.175,28		442.096,07	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRPJ não compensado no próprio exercício	9.599,94	-	9.599,94	3.164,41	-	3.164,41
ISS - imposto s/serviços - a compensar	6.301,94	-	6.301,94	5.369,41	-	5.369,41
COFINS - a compensar	3.959,82	-	3.959,82	2.007,19	-	2.007,19
PIS - a compensar	857,70	-	857,70	434,63	-	434,63
Valores a restituir - PERDCOMP	6.558,54	-	6.558,54	2.685,46	-	2.685,46
TOTAL	27.277,94	-	27.277,94	13.661,10	-	13.661,10



9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.894,70	-	1.894,70	17.286,56	-	17.286,56
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	191.725,62	-	191.725,62	291.294,16	-	291.294,16
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	8.197,03	-	8.197,03	64.476,55	-	64.476,55
Devedores Diversos – País (a)	142.050,82	-	142.050,82	123.798,68	-	123.798,68
Despesas Antecipadas (b)	289.389,05	-	289.389,05	26.062,79	-	26.062,79
TOTAL	633.257,22	-	633.257,22	522.918,74	-	522.918,74

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pendências a Regularizar	32.478,03	-	32.478,03	81.760,30	-	81.760,30
Seguros Contratados a Receber	5.398,19	-	5.398,19	5.398,19	-	5.398,19
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	2.686,44	-	2.686,44	27.144,32	-	27.144,32
Diferença de Caixa	2.215,66	-	2.215,66	101,70	-	101,70
Estoque de Pontos	-	-	-	362,79	-	362,79
Descontos em Folha	52.200,00	-	52.200,00	-	-	-
Pendências Avais	5.505,75	-	5.505,75	7.139,62	-	7.139,62
Outros Devedores Diversos	41.566,75	-	41.566,75	1.891,76	-	1.891,76
TOTAL	142.050,82	-	142.050,82	123.798,68	-	123.798,68

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	TAXA DEPRECIAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		-	233.390,15
Instalações	10%	-	38.570,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.023.354,80	1.022.454,36
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.119.457,26	1.131.158,41
Sistema de Segurança	10%	129.290,48	150.715,15
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.845.579,40	1.820.468,40
Total de Imobilizado de Uso		4.117.681,94	4.396.756,47
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-	(26.973,42)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.739.193,58)	(1.685.197,66)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.653.047,74)	(1.688.171,62)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.392.241,32)	(3.400.342,70)
TOTAL		725.440,62	996.413,77

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas De Processamento De Dados	20%	501.146,43	501.146,43
Intangível		501.146,43	501.146,43
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(417.306,41)	(388.427,57)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(417.306,41)	(388.427,57)
TOTAL		83.840,02	112.718,86



12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósito à Vista (a)	65.317.504,79	-	65.317.504,79	60.407.123,00	-	60.407.123,00
Depósito a Prazo (b)	298.163.797,45	25.529.831,50	323.693.628,95	280.764.257,00	9.982.789,47	290.747.046,47
TOTAL	363.481.302,24	25.529.831,50	389.011.133,74	341.171.380,00	9.982.789,47	351.154.169,47

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2023	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	28.246.201,44	7,48%	24.160.421,17	7,07%
10 Maiores Depositantes	79.389.555,75	21,03%	70.393.447,92	20,61%
50 Maiores Depositantes	142.159.053,83	37,66%	129.329.909,91	37,87%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.595.529,61)	(31.778.521,13)	(33.272.304,64)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(283.343,28)	(551.301,14)	(503.038,88)
TOTAL	(16.878.872,89)	(32.329.822,27)	(33.775.343,52)

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

INSTITUIÇÕES	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cooperativa Central	31.985,90	-	31.985,90	-	160.100,62	160.100,62
TOTAL	31.985,90	-	31.985,90	-	160.100,62	160.100,62

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento até 25/04/2025.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Cooperativa Central	(3.423,75)	(10.059,92)	(308.032,93)
TOTAL	(3.423,75)	(10.059,92)	(308.032,93)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	378.815,44	-	378.815,44	79.613,86	-	79.613,86
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	73.504,94	-	73.504,94	73.233,62	-	73.233,62
Operações com Títulos e Valores Mobiliários - IOF a Recolher (b)	48.098,74	-	48.098,74	63.154,88	-	63.154,88
TOTAL	500.419,12	-	500.419,12	216.002,36	-	216.002,36

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cobrança de Terceiros em Trânsito	2.652,00	-	2.652,00	134,10	-	134,10
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	376.163,44	-	376.163,44	79.479,76	-	79.479,76
TOTAL	378.815,44	-	378.815,44	79.613,86	-	79.613,86



(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Operações de Crédito - IOF	28.366,79	-	28.366,79	44.738,28	-	44.738,28
Federais	17.482,94	-	17.482,94	17.482,94	-	17.482,94
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.249,01	-	2.249,01	933,66	-	933,66
TOTAL	48.098,74	-	48.098,74	63.154,88	-	63.154,88

15. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	383.475,89	3.415,71	386.891,60	295.378,34	7.948,59	303.326,93
Provisão Para Contingências (b)	-	1.384.478,17	1.384.478,17	-	1.123.728,78	1.123.728,78
TOTAL	383.475,89	1.387.893,88	1.771.369,77	295.378,34	1.131.677,37	1.427.055,71

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	19.469.549,91	19.566.442,42
TOTAL	19.469.549,91	19.566.442,42

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	31/12/2024		31/12/2023	
	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS
PIS	128.833,12	125.529,60	121.880,03	121.880,03
COFINS	444.939,21	435.108,78	419.596,55	419.596,55
Trabalhistas	218.400,00	26.413,77	-	-
Outras Contingências (b.1)	592.305,84	-	582.252,20	-
TOTAL	1.384.478,17	587.052,15	1.123.728,78	541.476,58

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

DESCRIÇÃO	CÍVEL	TRIBUTÁRIO	OUTRAS CONTIN- GÊNCIAS	TRABALHISTA	TOTAL
Saldo em 01 janeiro de 2023	45.498,01	543.681,78	67.106,88	0,00	656.286,67
Constituição da provisão	478.181,34		23.567,11	-	501.748,45
Reversão da provisão	-	(37.242,68)	(32.101,14)	-	(69.343,82)
Atualização durante o exercício	-	35.037,48	-	-	35.037,48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	523.679,35	541.476,58	58.572,85	0,00	1.123.728,78

Saldo em 01 janeiro de 2024	523.679,35	541.476,58	58.572,85	0,00	1.123.728,78
Constituição da provisão	162.709,27	-	-	237.900,00	400.609,27
Reversão da provisão	(110.912,33)	-	(58.572,85)	-	(169.485,18)
Utilização durante o exercício	(2.670,45)	-	-	-	(2.670,45)
Atualização durante o exercício	-	32.295,75	-	-	32.295,75
Saldo em 31 de dezembro de 2024	572.805,84	573.772,33	0,00	237.900,00	1.384.478,17



Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIJUSTRA, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 1.227.987,71 (em 2023 totalizando R\$ 5.181.483,72)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19.865,93	-	19.865,93	27.647,46	-	27.647,46
Impostos e Contribuições sobre Salários	351.298,50	-	351.298,50	350.987,68	-	350.987,68
Outros (a)	224.369,72	-	224.369,72	79.086,15	-	79.086,15
TOTAL	595.534,15	-	595.534,15	457.721,29	-	457.721,29

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRRF sobre aplicações financeiras	196.484,59	-	196.484,59	58.486,47	-	58.486,47
ISSQN a recolher	7.024,36	-	7.024,36	4.254,97	-	4.254,97
IRRF sobre juros ao capital	20.860,77	-	20.860,77	16.344,71	-	16.344,71
TOTAL	224.369,72	-	224.369,72	79.086,15	-	79.086,15

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Sociais e Estatutárias (a)	1.582.830,05	-	1.582.830,05	1.281.570,31	-	1.281.570,31
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	63.496,10	-	63.496,10	67.619,57	-	67.619,57
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.339.286,41	-	1.339.286,41	1.324.445,80	-	1.324.445,80
Credores Diversos – País (d)	1.280.696,92	-	1.280.696,92	1.420.066,49	-	1.420.066,49
TOTAL	4.266.309,48	-	4.266.309,48	4.093.702,17	-	4.093.702,17

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	660.395,93	-	660.395,93	551.604,50	-	551.604,50
Fundos Voluntários (a.3)	154.931,18	-	154.931,18	240,18	-	240,18
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	767.502,94	-	767.502,94	729.725,63	-	729.725,63
TOTAL	1.582.830,05	-	1.582.830,05	1.281.570,31	-	1.281.570,31

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.3) O Fundo Voluntário c onforme IN BCB nº 271/2022, são registrados os recursos dos Fundos Voluntários que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Despesas de Pessoal	996.448,37	-	996.448,37	988.547,78	-	988.547,78
Custos de Transações Interfinanceiras	19.608,19	-	19.608,19	19.216,47	-	19.216,47
Seguro Prestamista	48.103,53	-	48.103,53	37.013,16	-	37.013,16
Despesas com Cartões	217.962,19	-	217.962,19	173.444,63	-	173.444,63
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	5.190,04	-	5.190,04	3.689,89	-	3.689,89
Manutenção e Conservação de Bens	11.830,14	-	11.830,14	801,60	-	801,60
Transporte	2.740,86	-	2.740,86	6.117,43	-	6.117,43
Compensação	11.839,28	-	11.839,28	8.568,95	-	8.568,95
Aluguéis	11.234,45	-	11.234,45	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	14.329,36	-	14.329,36	87.045,89	-	87.045,89
TOTAL	1.339.286,41	-	1.339.286,41	1.324.445,80	-	1.324.445,80



(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

DESCRIÇÃO	31/12/2024			31/12/2023		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	55.908,49	-	55.908,49	34.058,72	-	34.058,72
Valores a Repassar à Cooperativa Central	168.280,93	-	168.280,93	192.900,77	-	192.900,77
Saldos Credores - Encerramento C/C	360.057,21	-	360.057,21	360.971,14	-	360.971,14
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	469,47	-	469,47	-	-	-
Diferença de Caixa	105,99	-	105,99	413,41	-	413,41
Créditos de Terceiros	-	-	-	574.407,27	-	574.407,27
Pendências a Regularizar	304.874,92	-	304.874,92	166.272,05	-	166.272,05
Valores a Liquidar Consignado	321.343,43	-	321.343,43	-	-	-
Proagro a Repassar	-	-	-	5.286,19	-	5.286,19
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	19.027,04	-	19.027,04	20.952,72	-	20.952,72
Outros Credores Diversos - País	50.629,44	-	50.629,44	64.804,22	-	64.804,22
TOTAL	1.280.696,92	-	1.280.696,92	1.420.066,49	-	1.420.066,49

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada Cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.600,00 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	34.074.092,73	28.809.095,23
Quantidade de Cooperados	17.248	15.093

b) Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo Voluntário

Conforme resolução 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

d) Fundo para Custeio do Programa de Participação nos Resultados (PPR)

O Fundo para Custeio do Programa de Participação nos Resultados (PPR) foi criado na Assembleia Geral Ordinária de 19/3/2022, constituída pela importância equivalente a 4% (quatro por cento) sobre o valor líquido das sobras apuradas anualmente, em consonância com o Estatuto Social do Sicoob Credijustra. O fundo tem como objetivo reunir recursos financeiros para custeio do Programa de Participação nos Resultados (PPR) aos empregados da Cooperativa. O prazo de duração do Fundo para custeio do Programa de Participação nos Resultados será de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado pela Assembleia Geral, e em caso de liquidação do Fundo, em Assembleia Geral, o saldo remanescente será direcionado para o Fundo de Reserva.

e) Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2024, constituída pela destinação de parte das sobras de 2023 e tem como objetivo reunir recursos financeiros para compensar, em exercícios futuros, os impactos decorrentes do aumento de provisão para atendimento das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. O prazo de liquidação do Fundo de Reserva de Contingência será o exercício social de 2025, podendo ser renovado pela Assembleia Geral, e eventuais sobras apuradas quando da liquidação do Fundo serão revertidas para o Fundo de Reserva.

f) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os Cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Para Fundo PPR, no valor de R\$ 45.496,21;
- Para Fundo de Reserva de Contingência, no valor de R\$ 1.091.908,96;

g) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Sobras/Perdas do exercício	7.385.598,25	1.992.647,18
(+) Reversão devido utilização do FATES	348.950,11	282.163,17
Base de cálculo das destinações	7.734.548,36	2.274.810,35
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(3.480.546,76)	(1.023.664,66)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(386.727,42)	(113.740,52)
(-) Destinação para Outras Reservas (PPR)	(154.690,97)	-
(-) Destinação para Outras Reservas - Contingência	(3.712.583,21)	-
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	0,00	1.137.405,17



a) 45 % para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

h) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100 % da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 3.227.357,02 e em 2023, no montante de R\$ 3.062.382,91. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	1.162.037,06	1.022.357,19
Despesas específicas de atos não cooperativos	(182.647,44)	(306.579,10)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(322.870,27)	(294.347,11)
Resultado operacional	656.519,35	421.430,98
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(121.490,26)	(88.818,25)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	535.029,09	332.612,73
IRPJ/CSLL proporcionais	(173.132,70)	(119.256,46)
Deduções - Receitas com associados (a)	(800.200,24)	(624.549,13)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(438.303,85)	(411.192,86)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

20. Receitas de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	20.267,61	45.883,39	52.896,22
Rendas De Empréstimos	22.278.466,60	43.147.305,42	39.056.405,17
Rendas De Financiamentos	651.052,66	1.212.830,89	1.100.410,81
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	629.863,10	1.245.965,66	1.036.344,83
TOTAL	23.579.649,97	45.651.985,36	41.246.057,03

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(16.878.872,89)	(32.329.822,27)	(33.775.343,52)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(3.423,75)	(10.059,92)	(308.032,93)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.309.020,95)	(5.305.333,42)	(6.785.349,79)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.461.075,14	2.867.791,70	2.317.945,08
Reversões de Provisões para Outros Créditos	202.043,39	306.000,15	190.079,82
Provisões para Operações de Crédito	(3.507.781,38)	(7.414.771,81)	(7.608.496,96)
Provisões para Outros Créditos	(464.358,10)	(1.064.353,46)	(1.684.877,73)
TOTAL	(19.191.317,59)	(37.645.215,61)	(40.868.726,24)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	526.040,30	1.041.298,72	1.017.782,18
Rendas por Serviços de Pagamento	1.160.910,51	2.194.175,15	1.482.721,69
Rendas de Convênios	27.838,08	60.614,40	73.122,17
Rendas de Comissão	407.011,89	1.088.963,68	808.434,66
Rendas de Credenciamento	-	-	305,10
Rendas de Cartões	287.828,28	553.734,11	604.818,58
Rendas de Outros Serviços	50.832,29	98.193,55	92.237,03
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.151,93	1.751,43	72,26
TOTAL	2.461.613,28	5.038.731,04	4.079.493,67



23. Rendas de Tarifas

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	8.024,10	18.881,10	17.299,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	44.827,50	102.653,40	118.872,70
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	56.763,17	187.175,07	78.531,16
TOTAL	109.614,77	308.709,57	214.702,86

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(59.500,00)	(122.500,00)	(126.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(723.650,70)	(1.460.563,88)	(1.410.341,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.445.668,29)	(4.530.022,26)	(3.984.551,39)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.018.108,64)	(2.079.920,90)	(1.911.010,66)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.842.797,57)	(5.509.530,12)	(4.958.425,21)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.377,09)	(1.377,09)	(2.516,40)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(83.371,43)	(163.268,42)	(191.640,71)
TOTAL	(7.174.473,72)	(13.867.182,67)	(12.584.485,37)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(77.660,50)	(124.302,86)	(99.828,30)
Despesas de Aluguéis	(364.302,48)	(734.821,51)	(762.565,99)
Despesas de Comunicações	(207.859,68)	(432.423,24)	(485.022,84)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(77.920,10)	(154.022,72)	(179.043,63)
Despesas de Material	(26.690,05)	(56.672,52)	(59.656,76)
Despesas de Processamento de Dados	(685.668,96)	(1.412.179,61)	(1.309.001,73)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(73.667,43)	(106.112,21)	(147.692,07)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(81.061,08)	(95.778,45)	(54.672,45)
Despesas de Seguros	(12.327,52)	(12.598,33)	(44.921,26)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(845.541,23)	(1.601.187,43)	(1.878.026,42)
Despesas de Serviços de Terceiros	(214.657,53)	(356.947,21)	(279.287,23)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(148.381,37)	(296.978,89)	(287.310,24)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(137.284,44)	(295.501,99)	(287.389,99)
Despesas de Transporte	(81.343,23)	(144.977,02)	(174.806,46)
Despesas de Viagem no País	(85.605,47)	(125.894,52)	(88.427,09)
Despesas de Depreciação/Amortização	(125.905,07)	(257.169,19)	(474.719,89)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.502.708,96)	(2.694.681,34)	(2.854.051,46)
TOTAL	(4.748.585,10)	(8.902.249,04)	(9.466.423,81)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros jornais e revistas	-	-	(304,10)
Condomínio	(39.066,58)	(74.512,52)	(68.639,67)
Contribuição sindical patronal	-	(1.704,00)	(3.824,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(117.954,05)	(161.136,07)	(79.293,57)
Copa/cozinha	(17.134,30)	(29.766,86)	(37.853,42)
Lanches e refeições	(20.388,23)	(31.731,59)	(39.015,71)
Uniformes e vestuários	(3.614,20)	(3.638,20)	(6.957,00)
Contribuição a OCE	(95.984,96)	(150.714,16)	(103.109,70)
Taxas da junta comercial	(1.534,54)	(2.887,16)	(498,53)
Impostos e taxas	(645,99)	(645,99)	(187,85)
Multas e juros diversos	-	-	(6.399,27)
Sistema cooperativista	-	-	(8.961,54)
Mensalidades diversas	(33.488,81)	(55.383,39)	(50.318,77)
Rateio de despesas da Central	(895.215,89)	(1.675.593,63)	(2.141.883,44)
Ações judiciais	-	-	(1.000,00)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(76.152,71)	(169.311,89)	(170.193,55)
Contribuição confederativa	-	-	(17.459,18)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(115.629,09)	(230.193,42)	(12.958,47)
Outras despesas indedutíveis	(70.360,35)	(70.360,35)	(92,18)
Outras despesas administrativas	(15.539,26)	(37.102,11)	(105.101,51)
TOTAL	(1.502.708,96)	(2.694.681,34)	(2.854.051,46)

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(36.017,51)	(54.641,09)	(49.615,44)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(21.852,95)	(57.774,39)	(50.941,32)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	-	(4.018,07)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(26.089,54)	(51.957,66)	(47.907,55)
TOTAL	(83.960,00)	(164.373,14)	(152.482,38)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	130.416,42	235.517,57	170.367,34
Distribuição de sobras da central	-	-	61.911,78
Atualização depósitos judiciais	11.485,61	20.245,29	72.280,16
Outras rendas operacionais	2.374,75	29.410,28	16.949,35
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	702.400,92	1.422.286,78	1.684.285,28
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.796.449,30	3.796.449,30	4.242.274,46
TOTAL	4.643.127,00	5.503.909,22	6.248.068,37



28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Outras Despesas Operacionais	(382.531,35)	(667.741,17)	(537.816,92)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(1.173.203,64)	(2.314.579,06)	(1.335.255,40)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(11.683,00)	(28.499,50)	(22.798,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(3.483,10)	(6.575,69)	(10.380,03)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(16.334,19)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(13.417,16)	(500,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(74,98)	(74,98)	(1.474,98)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(208.416,00)	(348.950,11)	(282.163,17)
TOTAL	(1.779.392,07)	(3.379.837,67)	(2.206.722,69)

29. Despesas com Provisões

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	(285.811,38)	(278.249,39)	(532.954,52)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	-	(10.000,00)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(145.600,00)	(145.600,00)	-
Provisões para Contingências	(75.420,65)	(163.114,88)	(531.927,47)
Provisões para Demandas Trabalhistas - Sucumbências	(13.000,00)	(19.500,00)	-
Provisões para Contingências - Sucumbências	(72.335,73)	(85.804,40)	-
Reversões de Provisões para Contingências	20.545,00	135.769,89	8.972,95
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(35.412,31)	(83.564,67)	87.348,32
Provisões para Garantias Prestadas	(242.218,87)	(501.127,59)	(486.810,24)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	206.806,56	417.562,92	574.158,56
TOTAL	(321.223,69)	(361.814,06)	(445.606,20)

30. Outras Receitas e Despesas

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	1.800,00
Ganhos de Capital	26.305,44	49.311,62	19.113,18
Outras Rendas Não Operacionais	-	-	1.465,94
(-) Perdas de Capital	(155.890,16)	(170.801,88)	(111.197,37)
TOTAL	(129.584,72)	(121.490,26)	(88.818,25)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	219.040,57	537.309,48
PCLD - Provisão de crédito	15.376,71	5.887,72
Taxa média	3,61%	4,04%
Prazo médio	142,42	136,89
Operações Passivas		
Depósitos	2.347.189,37	1.379.391,60
Taxa Média Depósitos	94,63%	95,77%
Prazo Médio Depósitos	72,82	73,20
Garantias prestadas	-	95.000,00
Capital social	276.828,53	187.138,77
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.418.008,61)	(1.381.325,09)
Encargos sociais	(297.351,51)	(288.988,86)
Benefícios	(42.555,27)	(29.015,91)



32.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIJUSTRA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIJUSTRA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	192.701.193,53	163.649.580,32
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	38.813.435,62	34.902.547,46
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber – Nota 7.b	1.821.086,51	1.473.443,98
Total de Operações Ativas	233.335.715,66	200.025.571,76

Operações Passivas		
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – Nota 13.a	31.985,90	160.100,62
Total de Operações Passivas	31.985,90	160.100,62

Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.a	18.724.907,04	19.199.229,56
Despesas		
Rateio de Despesas da Central – Nota 25.a	(1.675.593,63)	(2.141.883,44)
Total das Despesas	(1.675.593,63)	(2.141.883,44)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	45 931 856,30	38.713.053,14
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	257 622 291,45	238.528.926,64
Índice de Basileia (mínimo 12%)	17,82%	16,22%
Imobilizado para cálculo do limite	725 440,62	996.413,77
Índice de imobilização (limite 50%)	1,58%	2,57%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	2º SEM/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(37.351,03)	(71.100,37)	(65.088,88)
TOTAL	(37.351,03)	(71.100,37)	(65.088,88)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e



do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de



variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;



a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados

ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os



principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

FRANCISCO DE ASSIS TEIXEIRA LEAL DIRETOR-PRESIDENTE	RAYANE XAVIER DA SILVA DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	ALEX PATRUS CHAGAS DE ALMEIDA DIRETOR DE NEGÓCIOS
ELAINE CRISTINA NETO CONTADORA - CRC/ MG 082.177-O		



RELATÓRIO E PARECER

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda. – SICOOB CREDIJUSTRA

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda. – SICOOB CREDIJUSTRA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIJUSTRA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 11 de março de 2025.



Thiago da Silva Ferreira

Contador CRC 023.846/O-3



PARECER CONSELHO FISCAL



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB CREDIJUSTRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício Social 2024

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda - SICOOB Credijustra, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reuniu-se para examinar os livros eletrônicos, documentos, demonstrações financeiras, relatórios operacionais do 1º e 2º semestres, relatórios do controle interno do Sicoob Nova Central e, ainda, relatório de auditores independentes CNAC, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tendo verificado que toda a documentação examinada encontra-se em perfeita ordem e exatidão, razão pela qual o parecer é favorável à aprovação das contas anuais em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília, 12 de março de 2025.

Nilson José Gomes Barros

Conselheiro Fiscal (Coordenador)

Davi da Costa Aires de Oliveira

Conselheiro Fiscal (Secretário)

José Haelton Souza da Costa

Conselheiro Fiscal (Efetivo)

Sicoob Credijustra – Conselho Fiscal
SCS 02, Bloco D, Edifício Oscar Niemeyer, Salas 402/405
Brasília-DF, CEP: 70316-900, Telefone: 0800 940 1590
E-mail: conselho.fiscal@credijustra.com.br

D4Sign 8a2d694f-758e-4c8e-a708-356b8fd032f4 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

AGORA VOCÊ PODE INVESTIR EM NOVOS APRENDIZADOS PELO APP SICOOB MOOB.

MOOB

DISPONÍVEL NO
Google Play

Disponível na
App Store



Baixe o aplicativo
e venha fazer
parte da nossa
comunidade digital.



Escaneie e faça
o download



App
MOOB

No App Sicoob Moob, além de visitar sua cooperativa sem sair de casa, você também pode ampliar seus conhecimentos sobre educação financeira, cooperativismo e muito mais. Baixe o aplicativo, acesse **MENU** → **UNIVERSIDADE** e aperte o play para começar a aprender.

Descubra o Moob em www.sicoob.com.br/moob

SICOOB
Faça parte.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h. | 4000 1111 – Capitais e regiões metropolitanas | 0800 642 0000 - Demais localidades | Ouvidoria 0800 725 0996 – Atendimento de seg. a sex. de 8h às 20h. | Deficientes auditivos ou de fala | 0800 940 0458 - Atendimento de seg. a sex. das 8h às 20h.



EQUIPE GESTORA

Conselho de Administração

João Vasconcelos Carvalho - Conselheiro Presidente

Sérgio de Sousa Cordeiro - Conselheiro Vice-Presidente

Newton José Cunha Brum - Conselheiro Secretário

Alexandre de Jesus Coelho Machado - Conselheiro Efetivo

Deise Alexandra Koerber - Conselheira Efetiva

Márcia Elena Dutra Pereira - Conselheira Efetiva

José Carlos da Silva Farias - Conselheiro Efetivo

Gustavo Caribé de Carvalho - Conselheiro Efetivo

Marco Aurélio Fidélis Rêgo - Conselheiro Efetivo

Rafael Simões Espírito Santo - Conselheiro Efetivo

Diretoria Executiva

Francisco de Assis Teixeira Leal - Diretor-Presidente

Alex Patrus Chagas de Almeida - Diretor de Negócios

Rayane Xavier da Silva - Diretora Administrativa e Financeira

Conselho Fiscal

Davi da Costa Aires de Oliveira - Conselheiro Fiscal Efetivo

José Haelton Souza da Costa - Conselheiro Fiscal Efetivo

Nilson José Gomes Barros - Conselheiro Fiscal Efetivo

Arthur Fernando Dellagiustina Lago - Conselheiro Fiscal Suplente

